

**Projeto Político Pedagógico
2013 – 2016
Anexo 2015**



**PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO CAMPO LIMPO**

Sumário

CARTA DE APRESENTAÇÃO	5
ASPECTOS INSTITUCIONAIS	7
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE	7
UNIDADES EDUCACIONAIS NOVAS	11
UNIDADES EDUCACIONAIS QUE FORAM SUBSTITUÍDAS	11
UNIDADES EDUCACIONAIS QUE ESTÃO SENDO REFORMADAS E AMPLIADAS	12
DLs REALIZADAS EM 2014 E 1º SEMESTRE DE 2015	13
DADOS DA DIRETORIA TÉCNICA DE PROGRAMAS ESPECIAIS	13
AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE 2014	15
AÇÕES DAS DIRETORIAS E SETORES PARA 2015	21
GABINETE, SUPERVISÃO TÉCNICA E ASSESSORIA JURÍDICA	21
DIRETORIA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO	21
PLANEJAMENTO	21
PRÉDIOS E EQUIPAMENTOS	22
DEMANDA ESCOLAR E TEG	23
CONVÊNIOS	23
RECURSOS HUMANOS	23
EXPEDIENTE	24
BENS PATRIMONIAIS	24
]FINANCEIRO - COMPRAS	24
FINANCEIRO - VERBAS	25
ALMOXARIFADO	25
DIRETORIA TÉCNICA DE PROGRAMAS ESPECIAIS	25
SUPERVISÃO	26
ESCOLAS PARTICULARES E VIDA ESCOLAR	28
INFORMAÇÕES GERENCIAIS	28
DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICO PEDAGÓGICA / DOT-P	29
CARTA DE INTENÇÕES	29
INTRODUÇÃO À DESCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO PROPOSTAS E DIÁLOGOS NA DRE CAMPO LIMPO	31
GRUPOS FOCAIS DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR E NÚCLEOS TEMÁTICOS	35
GRUPOS FOCAIS	36
INFÂNCIAS	36
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	38
INTERDISCIPLINARIDADE E PROJETOS	44
CICLO AUTORAL	45
CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AO LONGO DA VIDA – EJA	48
MOVA: MOVIMENTO DE ALFABETIZAÇÃO DE SÃO PAULO	51

NÚCLEOS TEMÁTICOS	53
CÍRCULOS DE LEITURA	53
AValiação e INTERVENÇÕES PARA A APRENDIZAGEM	54
RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS	55
GESTÃO DEMOCRÁTICA	57
DIREITOS HUMANOS – CEDH - JUVIVA	58
ACOMPANHAMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	59
EDUCAÇÃO PARA TODOS E TODAS	60
NÚCLEO DIVERSIDADE E IGUALDADE DE GÊNERO	61
NÚCLEO GESTÃO PEDAGÓGICA (SISTEMAS E REGISTRO)	63
CENTRO DE FORMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO À INCLUSÃO – CEFAl	65
NAAPA: NÚCLEO DE APOIO E ACOMPANHAMENTO PARA A APRENDIZAGEM	73
PLANO DE METAS 2015	81
SERVIDORES	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93

CARTA DE APRESENTAÇÃO

“Não existe vento favorável a quem não sabe onde deseja ir.”

Sêneca

Todo Projeto Político Pedagógico é vivo, é dinâmico. E o nosso, o da DRE Campo Limpo não é diferente. No início propusemos mudanças. Na continuidade expusemos o processo de interlocução e de construção coletiva, salientando a ampliação e aprofundamento da proposta.

No Anexo 2015 do PPP (2013-2016) explicitamos as nossas intenções, buscando coerência entre pressupostos teóricos e filosóficos, posicionamentos e ações.

O nosso Projeto apresenta dados e avaliação recentes e lança questões do que está por vir. “Projeta-se” com intencionalidade, dando visibilidade as ações, seus autores, integrando e envolvendo atores.

Propomos a leitura compartilhada deste documento por toda a comunidade educativa, do texto ao contexto, da teoria à prática, do foco ao núcleo, da intenção à ação.

Boa leitura!

Encontramos-nos nas itinerâncias, cursos, reuniões, seminários, espaços de diálogos e contatos virtuais para conversarmos, refletirmos e construirmos conhecimentos. Até lá!

Abraços fraternos,

Alexandre e Equipe
DRE Campo Limpo

ASPECTOS INSTITUCIONAIS

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Diretoria Regional de Educação Campo Limpo

Avenida João Dias, 3763

Jardim Santo Antônio

Horário de atendimento ao público: de segunda-feira à sexta-feira, das 07h às 20h

Horário de funcionamento: de segunda-feira à sexta-feira, das 07h às 22h30min

Almoxarifado da DRE Campo Limpo

Rua Vitalina Grassman, 335

Jardim Mirante

Horário de atendimento ao público: de segunda-feira à sexta-feira, das 07h às 18h

A Diretoria Regional de Educação Campo Limpo engloba duas Subprefeituras e cinco Distritos.

SUBPREFEITURA	DISTRITO	ÁREA (Km ²)	POPULAÇÃO (2010)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (Hab/Km ²)
CAMPO LIMPO	CAMPO LIMPO	12,8	211.361	16.513
	CAPÃO REDONDO	13,6	268.729	19.759
	VILA ANDRADE	10,3	127.015	12.332
	TOTAL	36,7	607.105	16.542
M'BOI MIRIM	JARDIM ÂNGELA	37,4	295.434	7.899
	JARDIM SÃO LUÍS	24,7	267.871	10.845
	TOTAL	62,1	563.305	9.071
TOTAL GERAL		98,8	1.170.410	12.807

Tabela 1 – Fonte SMSP

Nossa demanda cadastrada está distribuída conforme a tabela abaixo:

SUBPREFEITURA	DISTRITO	Berçário I	Berçário II	Mini Grupo I	Mini Grupo II	Infantil I	Infantil II
CAMPO LIMPO	CAMPO LIMPO	1986	1128	1638	479	336	100
	CAPÃO REDONDO	2257	1500	1627	1361	601	333
	VILA ANDRADE	743	430	579	482	37	9
	TOTAL	4936	3058	3844	2322	974	442
M'BOI MIRIM	JARDIM ÂNGELA	2753	1449	1941	1465	627	309
	JARDIM SÃO LUÍS	2543	901	1262	377	62	15
	TOTAL	5296	2350	3203	1842	689	324
TOTAL GERAL		10232	5408	7047	4164	1663	766

Fonte: Sistema EOL, 01/06/2015

As Unidades Escolares estão distribuídas conforme as tabelas seguintes:

SUBPREFEITURA	DISTRITO	CEIs Diretos		CRECHES CONVENIADAS		CRECHES INDIRETAS	
		UNIDADES	ALUNOS	UNIDADES	ALUNOS	UNIDADES	ALUNOS
CAMPO LIMPO	CAMPO LIMPO	12	1740	14	2086	8	1497
	CAPÃO REDONDO	11	1644	12	1519	7	1264
	VILA ANDRADE	2	277	1	444	2	332
	TOTAL	25	3661	27	4049	4049	3093
M'BOI MIRIM	JARDIM ÂNGELA	15	2378	24	2772	6	1023
	SÃO LUÍS	9	1561	36	4519	7	1271
	TOTAL	24	3939	60	7291	7291	2294
TOTAL GERAL		49	7600	87	11340	11340	5387

Tabela 2 – Fonte: Sistema EOL, 03/06/2015.

SUBPREFEITURA	DISTRITO	EMEI		EMEF	
		UNIDADES	ALUNOS	UNIDADES	ALUNOS
CAMPO LIMPO	CAMPO LIMPO	11	5129	17	15648
	CAPÃO REDONDO	13	5616	21	17881
	VILA ANDRADE	3	1542	6	4795
	TOTAL	27	12287	44	38324
M'BOI MIRIM	JARDIM ÂNGELA	15	6128	13	14273
	SÃO LUÍS	12	5198	14	11447
	TOTAL	27	11326	27	25720
TOTAL GERAL		54	23613	71	64044

Tabela 3 – Fonte: Sistema EOL, 03/06/2015.

SUBPREFEITURA	DISTRITO	MOVA		ESCOLAS PARTICULARES	CEU
		UNIDADES	ALUNOS		UNIDADES
CAMPO LIMPO	CAMPO LIMPO	4	88	20	2
	CAPÃO REDONDO	10	199	11	2
	VILA ANDRADE	0	0	11	1
	TOTAL	14	287	42	5
M'BOI MIRIM	JARDIM ÂNGELA	44	937	4	2
	SÃO LUÍS	25	507	17	1
	TOTAL	69	1444	21	3
TOTAL GERAL		83	1731	63	8

Tabela 4 – Fonte: Sistema EOL, 03/06/2015.

SUBPREFEITURA	DISTRITO	CEMEI		CIEJA	
		UNIDADES	ALUNOS	UNIDADES	ALUNOS
CAMPO LIMPO	CAMPO LIMPO	0	0	0	0
	CAPÃO REDONDO	1	25	1	1052
	VILA ANDRADE	0	0	0	0
	TOTAL	1	25	1	1052
M'BOI MIRIM	JARDIM ÂNGELA	2	933	0	0
	SÃO LUÍS	0	0	0	0
	TOTAL	2	933	0	0
TOTAL GERAL		3	958	1	1052

Tabela 6 – Fonte: Sistema EOL, 03/06/2015.

Atividades Complementares do Programa Mais Educação São Paulo		
SUBPREFEITURA	DISTRITO	ALUNOS
CAMPO LIMPO	CAMPO LIMPO	9521
	CAPÃO REDONDO	11709
	VILA ANDRADE	2612
	TOTAL	23842
M'BOI MIRIM	JARDIM ÂNGELA	4782
	SÃO LUÍS	7936
	TOTAL	12718
TOTAL GERAL		36560

Tabela 7 – Fonte: Sistema EOL, 03/06/2015.

As Escolas Bilingues funcionam na EMEI Loreane Lallo, com 5 alunos surdos e na EMEF Jose Saramago em salas de SAAI bilíngue com 19 alunos e no ensino regular, 10 surdos frequentes.

Há ainda duas Unidades de atendimento conveniado de Educação Especial, APAE, com 28 alunos e Associação Guainumbi, com atendimento à 24 alunos.

Dados do CEFAl:

Alunos com deficiências atendidos	2243
Estagiários	254
AVEs	90
Intérpretes de LIBRAS	2
Instrutores de LIBRAS	3
PAAIs	13
Alunos atendidos nas SAAIs	969
UEs com SAAIs	45
Total de SAAIs	74
SAAIs em funcionamento JUNHO/ 2015	62
SAAIs em funcionamento em JANEIRO/2013	36

Tabela 5 – Fonte: CEFAl DRE CL, 03/06/15

UNIDADES EDUCACIONAIS NOVAS

Entre 2014 e 2015, foram construídos 00 CEIs, 02 CEMEIs, 05 EMEIs e 00 EMEFs.

TIPO	NOME	DISTRITO	ANO DO FUNCIONAMENTO
CEMEI	CEMEI PERATUBA	JD ANGELA	2015
CEMEI	CEMEI CAPÃO REDONDO I	CAPÃO REDONDO	2015
EMEI	EMEI PQ FIGUEIRA GRANDE	JD SÃO LUÍS	2015
EMEI	EMEI JD KAGOHARA	JD ANGELA	2015
EMEI	EMEI CAMPO LIMPO VI	CAMPO LIMPO	2015
EMEI	EMEI PQ SATO ANTONIO	JD SÃO LUÍS	2015
EMEI	VILA CALU	VILA CALU	2014

UNIDADES EDUCACIONAIS QUE FORAM SUBSTITUÍDAS

TIPO	NOME	DISTRITO	ANO DA ENTREGA
EMEF	EMEF BETINHO	CAPÃO REDONDO	2015
EMEI	GEORGE SAVALLA - CAREQUINHA	CAMPO LIMPO	2014
EMEF	ANNA SILVEIRA PEDREIRA	JD SÃO LUÍS	2014

UNIDADES EDUCACIONAIS QUE ESTÃO SENDO REFORMADAS E AMPLIADAS

TIPO	NOME	DISTRITO
CEU	CAMPO LIMPO	CAMPO LIMPO
CEU	CANTOS DO AMANHECER	CAMPO LIMPO
CEU	CASA BLANCA	JD SÃO LUÍS
CEU	GUARAPIRANGA	JD ANGELA
CEU	PARAISOPOLIS	PARAISOPOLIS
CEU	VILA DO SOL	JD ANGELA
EMEF	CASARAO	PARAISOPOLIS
EMEF	IRACEMA MARQUES	CAMPO LIMPO
EMEF	PAULO FREIRE	VILA ANDRADE
EMEF	LUÍS TENORIO DE BRITO	CAMPO LIMPO
EMEF	PROCOPIO FERREIRA	JD SÃO LUÍS
EMEF	LEONARDO VILAS BOAS	CAMPO LIMPO
EMEF	SARGENTO ANTONIO ALVES S.	CAPÃO REDONDO
EMEF	22 DE MARÇO	CAMPO LIMPO
EMEF	MAURICIO SIMÃO	CAMPO LIMPO
EMEF	CLEMENTE PASTORE	JD ANGELA
EMEF	DEZOITO DO FORTE	JD ANGELA
EMEF	M'BOI MIRIM II	JD SÃO LUÍS
EMEF	M'BOI MIRIM I	JD SÃO LUÍS
EMEF	PERIMETRAL	VILA ANDRADE
EMEF	SYNESIO ROCHA	JD UMARIZAL
EMEI	FRANCISCA JULIA	JD ANGELA
EMEI	BARBARA ELEONORA	JD ANGELA
EMEI	JOAQUIM MANOEL DE MACEDO	JD SÃO LUÍS
EMEI	PAULO ZING	CAPÃO REDONDO
CEI	PARQUE SANTO ANTONIO	JD SÃO LUÍS
CEI	GUMERCINDO DE PÁDUA EURY	JD SÃO LUÍS
CEI	JARDIM CATANDUVA	CAMPO LIMPO
CEI	JARDIM COPACABANA	JD ANGELA
CEI	VILA CALU	JD ANGELA
CEI	JARDIM KLEIN	JD SÃO LUÍS
CEI	JARDIM MACEDONIA	CAPÃO REDONDO
CEI	JARDIM NAKAMURA	JD ANGELA
CEI	JARDIM SÃO LUÍS II	JD SÃO LUÍS
CEI	NATHÁLIA PEDROSO ROSEMB.	CAMPO LIMPO
CEI	PARQUE FIGUEIRA GRANDE	JD SÃO LUÍS
CEI	JARDIM SÃO MANOEL	JD ANGELA
CEI	JARDIM SANTA EDWIGES	JD SÃO LUÍS

DLS REALIZADAS EM 2014 E 1º SEMESTRE DE 2015

TIPO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
CEI	88	1.184.505,34
EMEI	82	1.245.330,83
EMEF	102	1.331.038,24
CEI INDIRETO		
CEU	24	290.799,17
CEMEI	01	14.000,00
TOTAL		4.065.673,58

Polos da Universidade Aberta do Brasil:

LOCAL	DISTRITO	ANO DO FUNCIONAMENTO
CEU Casa Blanca	Jd. São Luiz	2014
CEU Campo Limpo	Campo Limpo	2014
CEU Capão Redondo	Capão Redondo	2015
CEU Paraisópolis	Vila Andrade	2015
CEU Vila do Sol	Jd. Ângela	2015

DADOS DA DIRETORIA TÉCNICA DE PROGRAMAS ESPECIAIS

Atendimentos do Programa Leve Leite:	
Municípios	301
E-mails recebidos (UE, Correios, Portal e DAE)	1798
E-mails enviados	3235

Atendimentos Alimentação Escolar:	
Atendimentos individualizados às UEs	665
E-mails recebidos, encaminhados e acompanhados até a resolução do caso	2245

Números da Diretoria de Programas Especiais em 2014:	
Ônibus fornecidos pela DRE para Aula Passeio	1816 ônibus/ alunos atendidos: 72.640
Festival de bandas e Fanfarras	Participação de 10 EMEFs da DRE CL e 6 de outras DREs e Municípios
Programa Visão do Futuro	1596 alunos do 1º anos encaminhados e 294 óculos prescritos e entregues e do 2º ano, 381 alunos encaminhados e 168 óculos prescritos e entregues.
Campanha de Vacinação HPV	8698 alunas vacinadas.
Programa Tamo Junto	2 EMEFs com 225 alunos.
Amigos do Zippy	Formação para 47 professores.

Números da Diretoria de Programas Especiais em 2014:	
Estudo do Meio em Parques Urbanos	Formação para 21 professores.
Jogos Estudantis de Xadrez	Equipe: 400 alunos Individual: 790 alunos
Olimpíadas Estudantis	Total de alunos envolvidos nas diversas modalidades: 3243
Campeonato Esportivo entre os CEUs	
Extensão da Jornada nos CEUs	16icineiros contratados, 2570 oficinas realizadas e 1190 alunos atendidos.
Recreio nas Férias	Janeiro: 12 polos num total de 3200 crianças e adolescentes atendidos. Julho: 11 polos num total de 3100 crianças e adolescentes atendidos.
GT dos CEUs	Reuniões mensais com Gestores e Coordenadores de Núcleos.
OBMEP	Envolvimento de 30 EMEF para 2ª fase com total de 747 alunos inscritos.
Processo Seletivo Ismart	Alunos inscritos: 502 Alunos aprovados: 8

Eventos para as Unidades Escolares:

- ✓ Food Revolution;
- ✓ Nutrir;
- ✓ Projeto Educando com horta e gastronomia;
- ✓ Seminário de Segurança Alimentar e Nutricional;

Educação Alimentar e Nutricional:

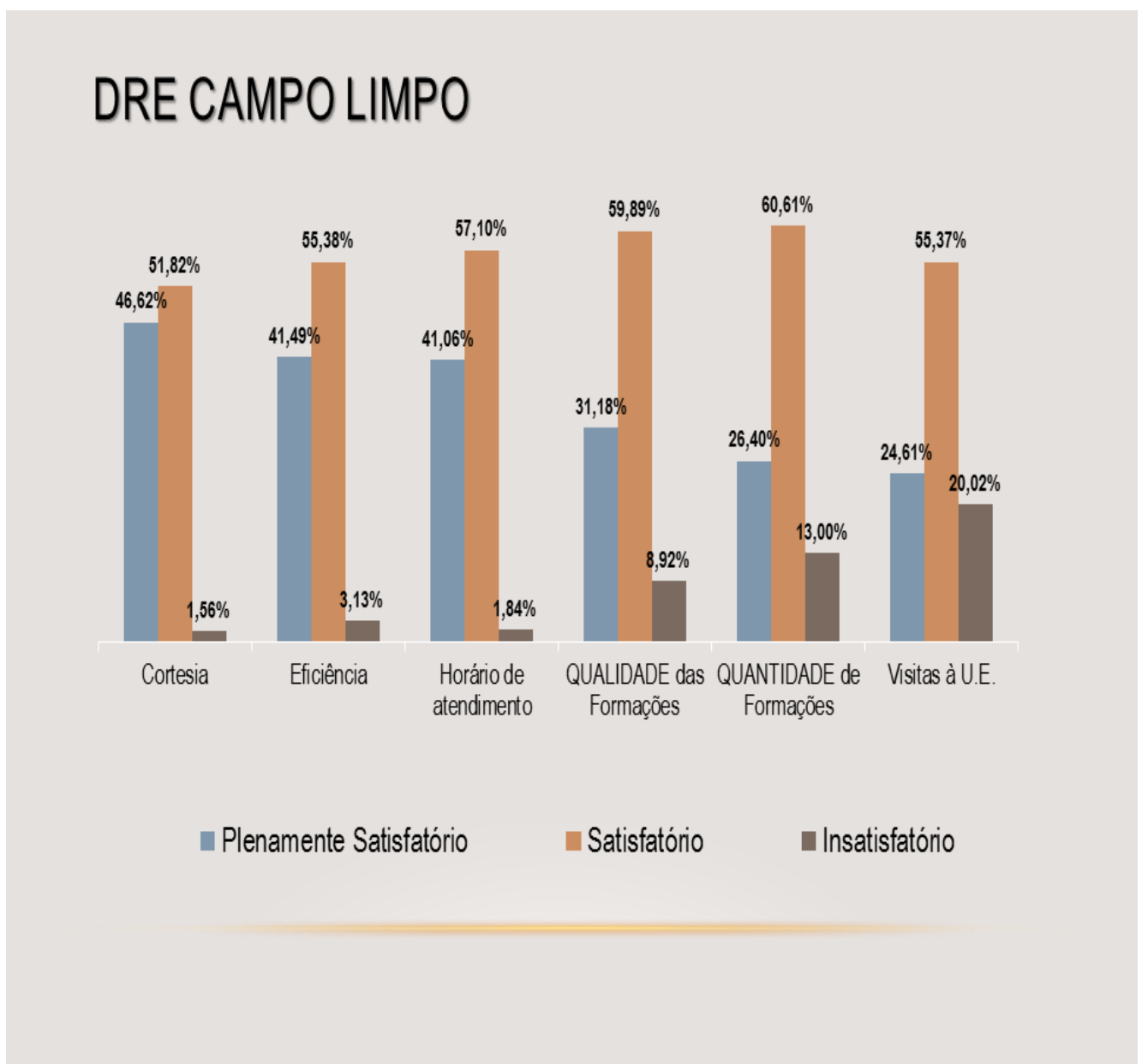
- ✓ Prêmio Educação Além do Prato;
- ✓ Premiação Professor Emérito e Professor em Destaque;

Programas MEC:

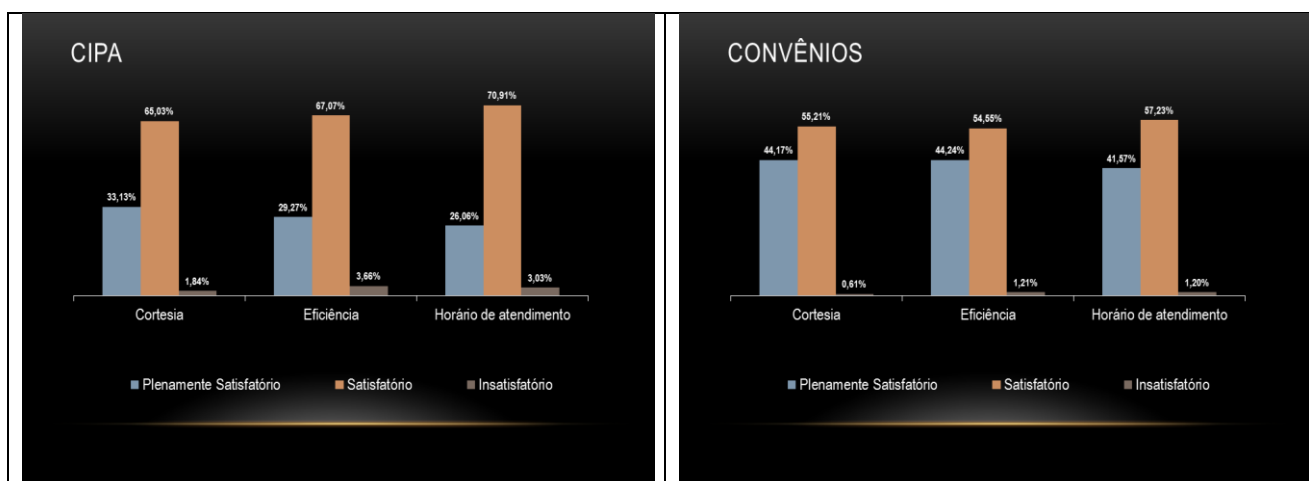
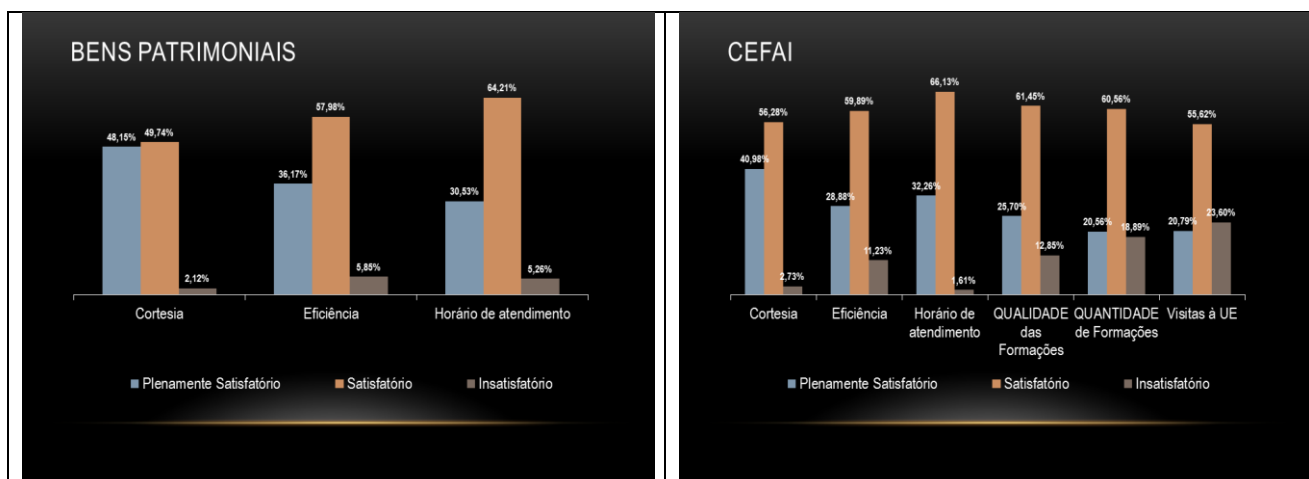
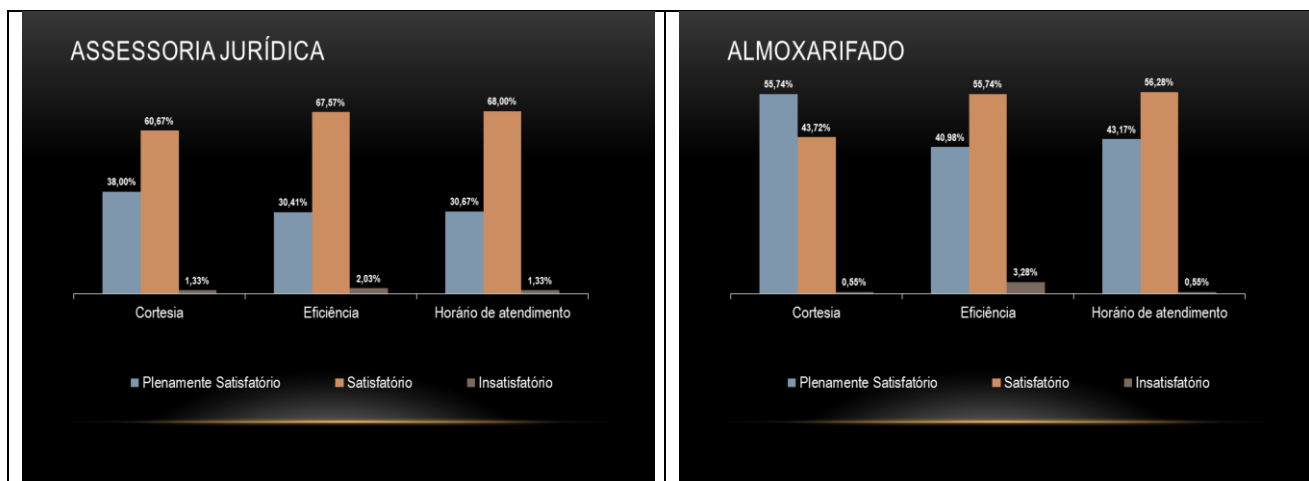
- ✓ Mais Educação Federal: Adesão de 39 EMEFs;
- ✓ Atleta na Escola: Adesão de 23 EMEFs.

AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE 2014

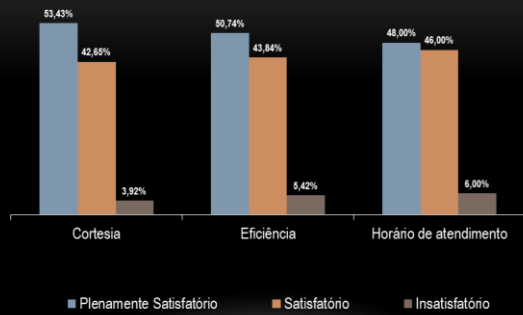
Quadro geral:



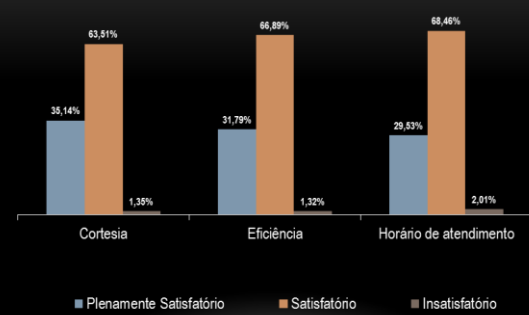
Setores avaliados:



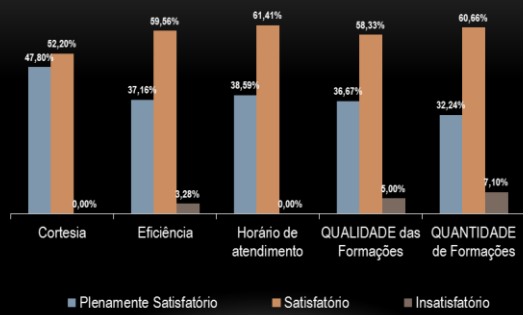
DEMANDA



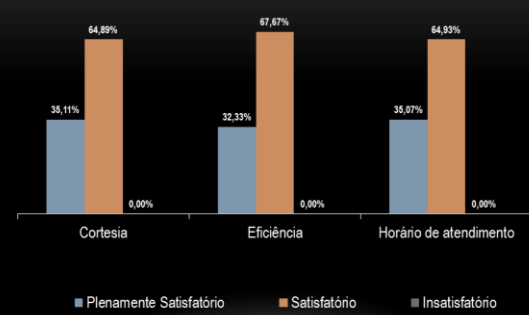
VIDA ESCOLAR



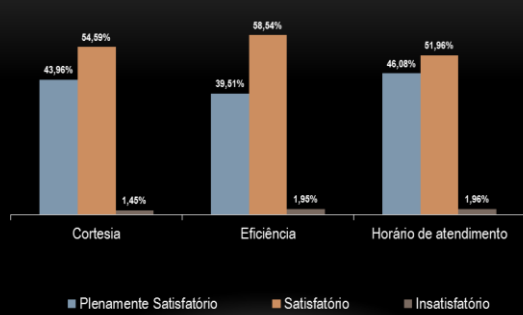
DOT



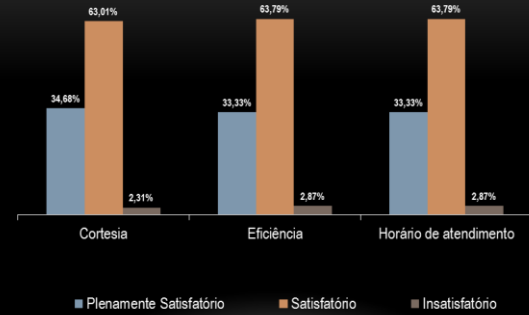
ESCOLAS PARTICULARES



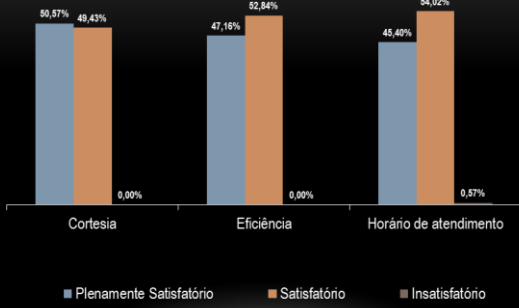
EXPEDIENTE



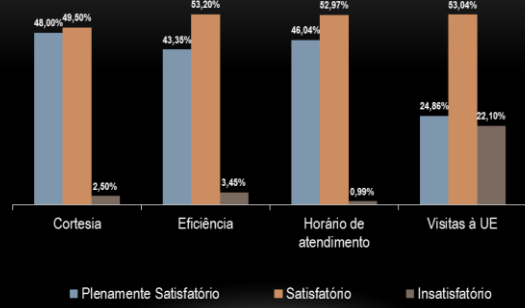
FINANCEIRO - CONCESSIONÁRIAS, COMPRAS, CONTARTOS



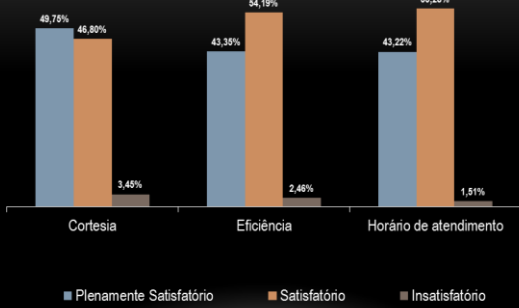
GABINETE



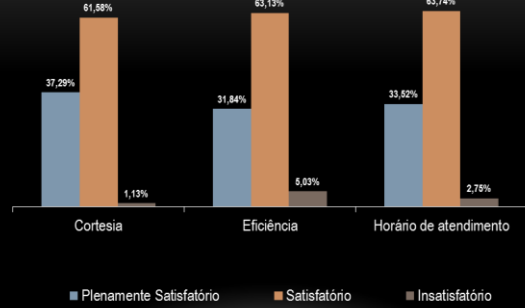
INFORMAÇÕES GERENCIAIS



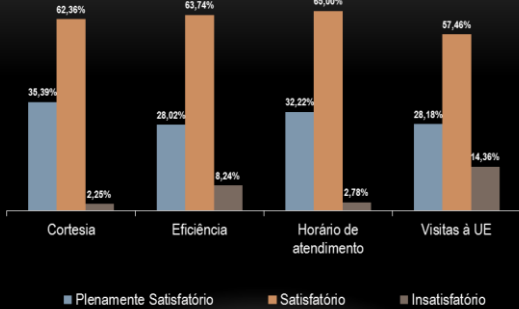
MERENDA



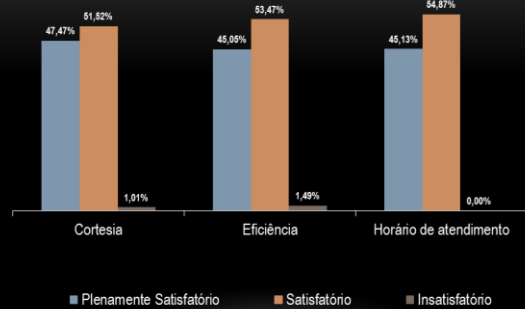
PLANEJAMENTO



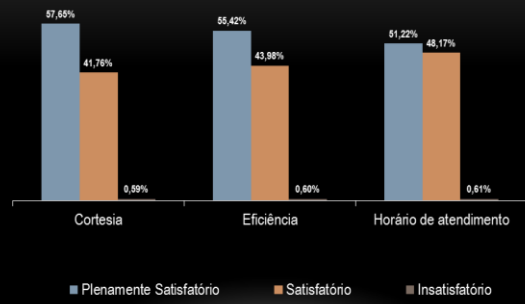
PRÉDIOS E EQUIPAMENTOS



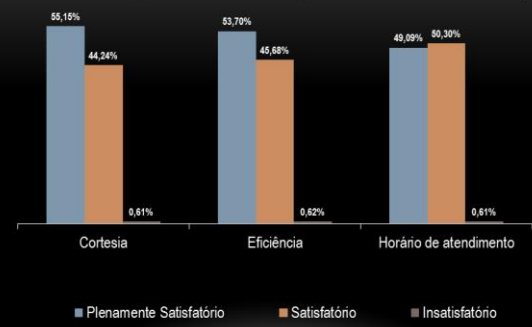
PROGRAMAS ESPECIAIS



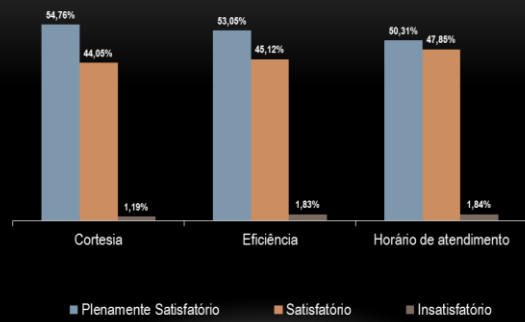
RH - VIDA FUNCIONAL



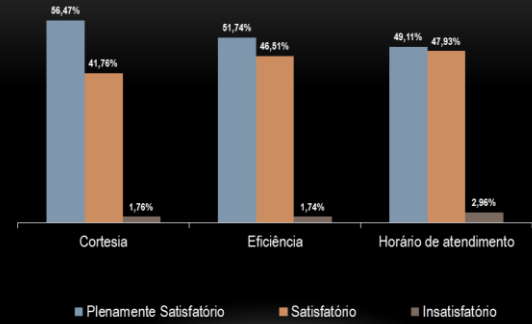
RH - LICENÇA, READAPTAÇÃO, AUXÍLIO DOENÇA



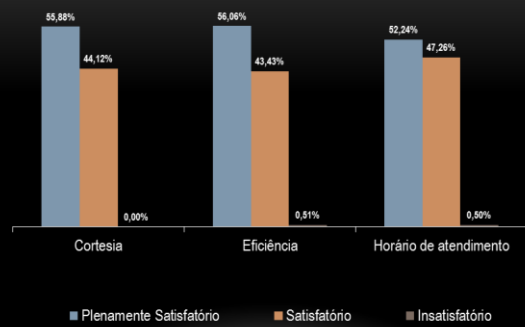
RH - MOVIMENTAÇÃO



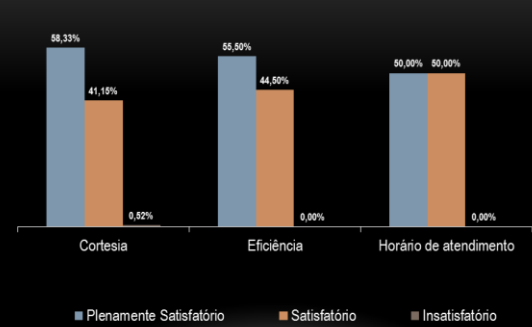
RH - PAGAMENTO

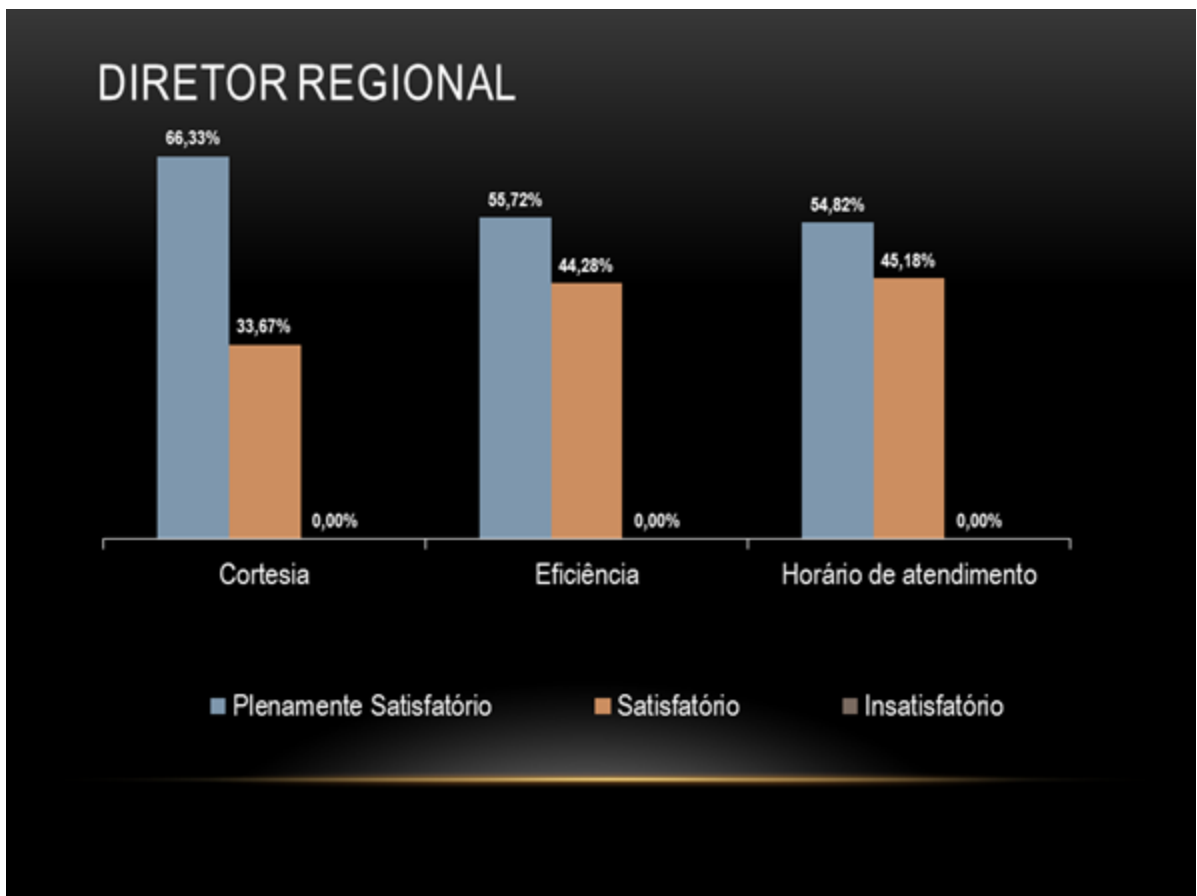
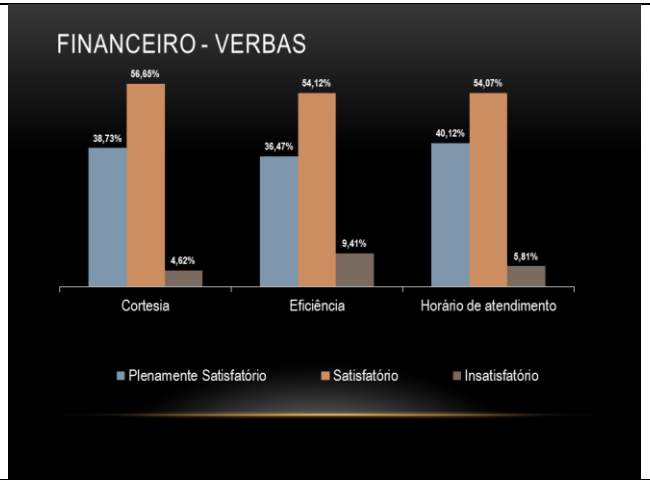
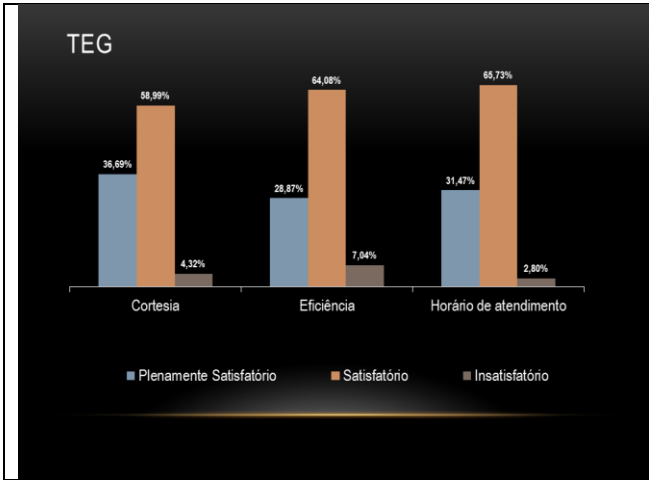


SUPERVISÃO



SUPERVISORATÉCNICA





AÇÕES DAS DIRETORIAS E SETORES PARA **2015**

GABINETE, SUPERVISÃO TÉCNICA E ASSESSORIA JURÍDICA

1. Aprimorar a articulação do gabinete com os diversos setores.
2. Aprimorar as relações com as escolas visando a racionalização dos trabalhos e agilização dos encaminhamentos.
3. Otimizar o fluxo de informações e documentos que circulam pelo gabinete.
4. Formação sobre processos.
5. Orientações e acompanhamento de Processos Administrativos.
6. Articular a relação da Supervisão Escolar com os diversos Setores da DRE.
7. Constuir em parceria com diversos Setores e articular o PPP da DRE.
8. Emitir pareceres jurídicos.
9. Orientação jurídica às UEs e Setores da DRE.

DIRETORIA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO

PLANEJAMENTO

1. Planejar, definir e acompanhar, juntamente com o setor de Demanda e Supervisão Escolar a demanda da Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA.
2. Analisar, juntamente com a Supervisão Escolar e setor de Demanda a projeção de classes/turmas anualmente, dialogando com as UEs, no sentido de promover as intervenções necessárias.
3. Gerenciar e organizar, juntamente com o Diretor Regional de Educação os setores e servidores que competem à Diretoria de Planejamento.
4. Articular os setores de Demanda e Convênios, identificando as necessidades locais para abertura de novos convênios de Creches.
5. Acompanhar a celebração e aditamentos dos convênios de Creches a fim de promover o atendimento à Educação Infantil na faixa etária de zero a três anos.
6. Articular os setores de Demanda e Prédios e Equipamentos, identificando e indicando áreas para a construção ou ampliação de novos equipamentos.
7. Promover a articulação entre Demanda Escolar e TEG na garantia do direito à vaga, seja na Educação Infantil ou Ensino Fundamental.
8. Planejar e acompanhar, junto aos servidores responsáveis pelo TEG, o atendimento em conformidade à Portaria específica.
9. Definir, juntamente com o setor de Prédios e Equipamentos, as necessidades de manutenção das UEs e DRE, estabelecendo prioridades para o atendimento através de “Dispensa de Licitação”, bem como, indicações de UEs para ATAS de Registro de Preços, acompanhamento de obras em andamento e inauguração.

10. Acompanhar, juntamente com o setor Almoxarifado as necessidades de mobiliário e equipamentos das U.Es, bem como a solicitação dos mesmos para Unidades novas.
11. Identificar e definir, juntamente com o setor Financeiro / Compras as necessidades de aquisição de bens permanentes e de consumo para a DRE e para as Unidades Educacionais.
12. Acompanhar o Plano Orçamentário da DRE, definindo com o setor Financeiro os gastos e necessidades de suplementação nas diferentes dotações que o compõem.
13. Acompanhar os diferentes contratos gerenciados pelo setor Financeiro, entre eles de serviço de limpeza e vigilância da DRE e das U.Es.
14. Garantir o atendimento às Unidades Educacionais e aos servidores da DRE, objetivando excelência no trabalho, através do desenvolvimento de todas as atividades do setor de Recursos Humanos, com competência, responsabilidade, eficácia e respeito às diversidades dos envolvidos, visando à melhoria da qualidade de ensino e à valorização dos profissionais.
15. Acompanhar as atividades desenvolvidas pelos setores administrativos da DRE, visando a eficiência do trabalho no atendimento às U.Es e servidores.

PRÉDIOS E EQUIPAMENTOS

1. Filtrar e escalonar as visitas por níveis de urgência.
2. Encaminhar para SME/ATP ou SME/NÚCLEO TÉCNICO as solicitações de manutenção predial das unidades escolares, quando a disponibilidade de recursos superar capacidade financeira do setor de prédios da DRE CL ou da U.E.
3. Receber e selecionar os documentos tramitados para o setor, planificar por ordem de prioridade de visitas dia a dia (em função das urgências).
4. Estabelecer cronograma de visita.
5. Responder e dar encaminhamento das solicitações após visitas.
6. Acompanhar e intermediar junto aos órgãos competentes SME/ATP e SIURB/EDIF obras de 3º escalão.
7. Acompanhar e intermediar junto aos órgãos competentes SME/CONAE NÚCLEO TÉCNICO e SIURB/NÚCLEO DE MANUTENÇÃO obras de 2º escalão.
8. Visitar, analisar e emitir laudos de valiações locatícias e laudos de capacidade máxima de atendimento dos CEIs conveniados.
9. Atendimento de solicitações para visitas, análise e encaminhamentos relativos às solicitações para averiguações de áreas disponíveis para construções de novos equipamentos públicos para atendimento de demanda escolar.
10. Participação nos conselhos de gestão pública.
11. Organizar reuniões sobre conservação, manutenção e melhoria dos prédios escolares para as unidades escolares.
12. Promover cursos de orientação técnica para equipes gestoras, de forma a capacita-las a lidarem de forma adequada com os novos equipamentos.

13. Atendimento às solicitações das equipes gestoras quanto às demandas emergenciais, através do uso de Dispensa de Licitação para contratação de empresas para execução de serviços de reparos e manutenção das Unidades Escolares. Visitar, Autuar, Formatar, acompanhar e fiscalizar as obras de manutenção através de Dispensa de Licitação.

DEMANDA ESCOLAR E TEG

1. Excelência no atendimento às Unidades Escolares e aos Municípios.
2. Orientação aos Municípios sobre o processo de oferta de vaga no Ensino Fundamental e Educação Infantil.
3. Orientação aos Municípios quanto à possibilidade de migração de setor/distrito para reduzir a classificação da criança diminuindo o tempo de espera no atendimento da Educação Infantil.
4. Orientação às Unidades Escolares quanto as Portarias que normatizam o trabalho do setor de Demanda Escolar e quanto aos procedimentos a serem adotados com relação as crianças com registro de determinação legal encaminhadas para tela de efetiva matrícula na Educação Infantil.
5. Otimizar as vagas disponíveis na Educação Infantil com desvio de demanda dos setores próximos.
6. Criar novas vagas na Educação Infantil otimizando os espaços existentes, através de aditamento de novos convênios e com as Unidades novas que serão entregues.
7. Adequar as capacidades das turmas no Ensino Fundamental para atendimento dentro do módulo estabelecido na Portaria 6123 de 20/10/14.

CONVÊNIOS

1. Em situações atípicas: convite para participar de reuniões esclarecedoras sobre demandas novas que são apresentadas.
2. Organização de atendimento com horário agendado para minimizar o tempo de espera do munícipe/conveniente.
3. Distribuição das tarefas chaves do Setor, para obtenção de fácil acesso as informações quando solicitadas.
4. Chamar as Entidades que já possuem convênio conosco para ampliação de atendimento nas unidades existentes ou abertura de nova unidade.
5. Resgatar prédios de escolas particulares que fecharam no âmbito da DRE CL para que o proprietário disponibilize para abertura de um CEI conveniado com alguma das Entidades credenciadas junto a essa DRE.

RECURSOS HUMANOS

1. Capacitação dos servidores envolvidos dos por segmento de assuntos de EH.
2. Ampliação progressiva dos horários de todas as frentes e por representação do Setor.

3. Reuniões periódicas, visando dimensionar as ações e atitudes enquanto frentes do Setor.
4. Orientação contínua para a função técnica de suporte à Unidade que são os membros do Setor.
5. Integração progressiva dos membros quanto aos assuntos a que sejam relacionados: benefícios, movimentação de pessoal e pagamento.
6. Avaliação e auto avaliação do trabalho nos encontros e reuniões com as Unidades.

EXPEDIENTE

1. Atendimento: Aprimorar e orientar o atendimento via malotes diminuindo o fluxo de atendimento via balcão e adequar o horário de trabalho dos funcionários as demandas do setor, evitando sobrecarga e comprometimento da qualidade do atendimento.
2. Orientações as unidades evitando retrabalho e o desconforto da devolução de documento.

BENS PATRIMONIAIS

1. Baixar inservíveis das Unidades.
2. Finalizar todos os processos de incorporação no mesmo ano em que foram abertos.
3. Acompanhar as unidades na implantação do Sistema de Bens Patrimoniais.
4. Baixar todos os Bens com data de incorporação anterior à 01/01/12
5. Aumentar o número de visitas às Unidades Escolares.
6. Buscar excelência no atendimento tanto na UE quanto na D.R.E.

]FINANCEIRO - COMPRAS

1. Emissão de empenhos diversos, liquidações, termo de contratos, revisão do orçamento, recebimento de pedidos dos setores, escolas e almoxarifado, programação de compras.
2. Reunião com equipe gestora (contratos, atestes e demais assuntos pertinentes).
3. Reunião com Setor (informes, orientações e organização).
4. Compras diversas, liquidações de empenhos, pregão poda de árvore e empilhadeira.
5. Pregão da empresa de segurança. Reunião de Equipe, Recreio nas Férias, preparação de compras referente o Jogos de Xadrez e bandas e fanfarras.
6. Planejamento para previsão do orçamento 2016. Reunião de Equipe.
7. Pagamentos de concessionárias, contratos, compras, conferências de atestes e envio dos mesmos para SME, junção de processos, publicações em DOC, atendimento dos setores com entrega de materiais de escritório, e lanches.

8. Atendimento diário de ligações de diretores, gestores e setores.
9. Planejamento de parcelas de empenhos e verificação de documentos das empresas.

FINANCEIRO - VERBAS

1. Formações diferenciadas para os diferentes tipos de verbas.
2. Orientação continuada, por e-mail ou pessoalmente no setor, a respeito das dúvidas sobre normatização e legislação.
3. Conscientizar a escola sobre a responsabilidade de cumprir os prazos, determinados pela legislação que rege as verbas e pela DRECL, para entrega de documentos e prestações de contas.
4. Organizar o cronograma do setor a fim de realizar reuniões semanais para ajustes e definição de prioridades.
5. Realizar as liquidações com antecedência, a fim de que a escola tenha um período maior para gastar os valores, sobrando mais tempo para organizar as prestações de contas e entregá-las dentro do prazo determinado pela DRECL.

ALMOXARIFADO

1. Manter toda a organização interna do almoxarifado visando maior controle e distribuição das dezenas de produtos encontradas no mesmo.
2. Organização dos arquivos internos referentes os documentos que circulam no cotidiano do Setor.
3. Definições de Bens tais como inservíveis entre outros com a finalidade de organização de espaço para melhoria interna.
4. Desenvolvimento de um padrão de trabalho realizado pelos funcionários para evitar informações desencontradas e com isso facilitar a rotina do Setor.
5. Desenvolvimento de planilhas eletrônicas para organizar e controlar a rotina do Setor.
6. Reuniões no Setor com todos os funcionários envolvidos direta ou indiretamente na rotina do almoxarifado, visando qualificar as funções exercidas pelos mesmos.

DIRETORIA TÉCNICA DE PROGRAMAS ESPECIAIS

1. Formação continuada de Gestores e Coordenadores e Professores.
2. Organizar as ações dos ônibus, agora reorganizados em aula-passeio, na perspectiva da Cidade Educadora.
3. Estabelecer parcerias locais e com SME, para promover a ampliação cultural dos alunos.
4. Integrar os diversos programas de saúde com uma identidade única e mais próxima das escolas.

5. Difundir as boas práticas da alimentação escolar na rede, auxiliando as escolas a introduzir uma rediscussão do que significa alimentação escolar em seus projetos político-pedagógicos.
6. Realizar programas como Recreio nas Férias que, com o tempo, se integrem às escolas participantes, tornando-as lócus de recreação e brincar permanente.
7. Trabalhar com ONGs, nos CEUs, comprometidas com a comunidade local e que atendam a contento seu público alvo: as crianças atendidas pelo pré e pós-aula.
8. Promover a integração dos programas e suas frentes, numa perspectiva de Cidade Educadora, no viés de discussão e integração aluno-escola-cidade.
9. Formação inicial (março/2015) de Diretores e Responsáveis pelo Programa Leve Leite nas Unidades e em futuro próximo, formação continuada.
10. Ação contínua de prevenção a situações-problemas ao Programa Leve Leite através de formação e informação aos interessados e controle administrativo pelos Relatórios Gerenciais.
11. Realizar formações de xadrez para ampliar o número de Unidades Escolares envolvidas com o projeto.
12. Promover e valorizar o trabalho realizado com os projetos escolares através de eventos como Festival de Bandas e Fanfarras, Jogos Estudantis de Xadrez e Olimpíadas Estudantis.

SUPERVISÃO

DEMANDAS GERAIS

- Vistas aos registros da escola com devolutivas.
- Acompanhamento do SGP.
- Análise e encaminhamento da documentação enviada pelas U.Es..
- Participação do núcleo gestão democrática e convivência nas reuniões quinzenais com o diretor Regional representando o setor da Supervisão.
- Acompanhamento das demandas das U.Es, SME e DRE, referentes a ação supervisora.
- Reuniões com as Equipes.

REUNIÕES DE QUINTA-FEIRA

- Participação nas Reuniões de Supervisão às quintas-feiras.
- Cada semana um grupo de Supervisores é referência para apresentar as expectativas do grupo e definir pauta previamente com a Supervisora Técnica acolhendo sugestões dos demais Supervisores e compartilhando a pauta com antecedência.
- Sistematização de estudo e socialização de temas relevantes para proceder à análise conjunta, de forma a construir uma proposta de solução coletivamente.
- Socializar com o grupo os assuntos tratados nas reuniões/eventos, tais como: Congressos, Seminários, Fóruns, reuniões quinzenais com o Diretor Regional, grupos focais e núcleos.

- Construir um cronograma de temas a serem estudados pela supervisão sobre o fortalecimento dos colegiados, protagonismo, estudos de casos da ação supervisora e participação de todos os segmentos envolvidos na comunidade escolar, Portarias publicadas entre outros.

GRUPOS FOCAIS E NÚCLEOS TEMÁTICOS

- Subsídio a ação supervisora.
- Acompanhamento da implementação do Programa Mais Educação São Paulo.
- Participar das ações dos respectivos núcleos e grupos atribuídos, socializando nas reuniões de quinta-feira. Quando informes, socializar por e-mail.

COMPARECIMENTO À UNIDADE

- Comparecimento, no mínimo mensal, às escolas da Rede Direta e conveniada e bimestral na Rede Particular, evidenciando as demandas explicitadas nas justificativas deste plano.
- Elaboração de diretrizes comuns de pauta.
- Encaminhamento dos termos de ação supervisora e relatórios ao gabinete e setores responsáveis.

PLANTÃO

1. Recepção e atendimento as demandas e encaminhamentos pertinentes.

ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS

2. Acompanhamento e análise dos indicadores e instrumentos de aprendizagem.
3. Problematização junto à equipe gestora de questões relacionadas à evasão escolar, permanência com qualidade no ensino, envolvimento dos professores e proposição de ações que visem diminuir tais problemas.

COMISSÕES

- Participar de Comissão de Apuração Preliminar.
- Participar de comissão de Vistoria para autorização e funcionamento de escolas particulares.
- Participar de Comissão de vistoria para celebração de Convênios novos.
- Participar de Comissão de vistoria para aditamentos de Convênios.
- Solicitar rodízio da presidência nas comissões.

ESTAGIÁRIO

- Subsídio aos estagiários durante o horário do plantão.

ESCOLAS PARTICULARES E VIDA ESCOLAR

1. Acompanhamento e controle dos P.A.s que estão nas Subprefeituras, assim como acompanhar as ações fiscais para o fechamento das escolas irregulares.
2. Encaminhar Planos de Implantação das escolas diretas (unidades novas), prestando assistência na organização do documento.
3. Acompanhamento sistemático da Instalação e renovação das CIPAs nas unidades, assim como otimização das informações sobre os cursos de formação.
4. Atualização dos itens nas pastas de vida escolar (PEAS e Atas de Resultados Finais), objetivando a garantia de arquivo de informação.
5. Efetuar o controle das pastas de protocolados das escolas particulares e conveniadas existentes e novos, garantindo o cumprimento de prazos.
6. Acompanhamento dos protocolados que se encontram em análise de recurso no Conselho Municipal de Educação, acompanhando a publicação em DOC.

INFORMAÇÕES GERENCIAIS

1. Reuniões de orientação às equipes administrativas das Unidades Educacionais.
2. Receber as equipes das escolas novas e orientar acerca dos procedimentos iniciais.
3. Intervenções pontuais, conforme demanda.
4. Elaboração de material informativo, circulares e apostilas.
5. Visitas técnicas e pedagógicas às Unidades Educacionais.
6. Mediação da comunicação entre escolas, Aynil, SME, Prodam e Embratel.
7. Formação administrativa com foco no uso das tecnologias como instrumento de trabalho.
8. Formação administrativa conforme demanda.
9. Formação administrativa para os ATEs iniciantes
10. Formação pedagógica com foco no uso das tecnologias para promover as aprendizagens.
11. Formação dos estagiários Jovem TEC.
12. Formação de Rádio Escolar.
13. Acompanhar as formações de fotografia, vídeo, Imprensa Jovem, Mestres de Cerimônia.

DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICO **PEDAGÓGICA / DOT-P**

CARTA DE INTENÇÕES

A Equipe DOT-P da DRE Campo Limpo vem sendo constituída, desde o início da atual gestão, motivada pela afinidade conceitual articulada às práticas e, sobretudo, pelo percurso profissional de seus integrantes na Rede Municipal de Educação de São Paulo.

Do ponto de vista conceitual, buscamos referenciais que vem contribuindo para a construção do Currículo Popular Crítico, cujos pressupostos são a valorização da cultura local e a descolonização do pensamento em uma perspectiva contra-hegemônica, que desnaturaliza a ideia de conhecimento imparcial e universal.

A construção do conhecimento é permeada por escolhas e posicionamentos que podem colaborar para a manutenção das relações de poder ou questioná-las. Ao longo de 2013 e 2014, as ações implementadas pela DOT-P intencionaram questioná-las, mantendo a coerência com os pressupostos apresentados. Uma das evidências dessa coerência é a própria constituição da equipe de forma proporcional às etnicidades e diversidades da população brasileira.

Em 2015, nossa principal intencionalidade é encontrar todos os profissionais da educação da região de Campo Limpo de maneira a ampliar as interações e diálogos objetivando articular e construir conhecimentos de autoria coletiva, que pautem as ações pedagógicas e qualifiquem o processo de ensino e aprendizagem de todas e todos no âmbito de um currículo popular crítico customizado com as características da nossa região e que correspondam aos interesses das pessoas que aqui vivem.

Os caminhos para a concretização dessas intencionalidades serão as itinerâncias, a construção e implementação do PEA da DOT-P, a atualização do Projeto Político Pedagógico da DRE Campo Limpo, a otimização dos meios de contato e comunicação virtual com todos os profissionais, cursos, seminários, grupos de trabalho entre outras ações orientadas e integradas pela organização dos núcleos e grupos focais.

Nossa busca, portanto, é promover o diálogo entre as diversas culturas existentes em nossa sociedade, apontando para diferentes formas de aprendizagem dos múltiplos saberes, de diferentes conhecimentos (sem hierarquização), promovendo uma valorização das culturas locais e o fortalecimento das possibilidades de contra-hegemonia.

Equipe DOT-P

INTRODUÇÃO À DESCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO PROPOSTAS E DIÁLOGOS NA DRE CAMPO LIMPO

Marilu Santos Cardoso¹

“Permite-se pensar que o ensino não pode prescindir da cultura, porque ela é o próprio saber.” (Sérgio Ricardo/ Quem quebrou meu violão, 1991).

De início é importante entendermos o processo de colonização ao qual as Américas foram violentamente submetidas. Os colonizadores europeus, não apenas exploraram nossos recursos naturais como também subjugarão inicialmente os povos originários e posteriormente os povos do continente africano, em nome de um projeto de domínio total, que envolveu aspectos econômicos, sociais e culturais.

Essa imposição europeia e a construção de uma representação que inferioriza os “não europeus” e todas as suas formas de construção do conhecimento, não finda com os processos de independência, pois o projeto de colonialidade se estende mesmo após as perdas territoriais.

É com essa fundamentação que legitimamos a discussão em torno da descolonização do currículo, compreendendo que, entre muitas outras instituições, a escola exerceu e continua exercendo um papel essencial para a manutenção dessa ideologia. Por se colocar a serviço de uma lógica que hierarquiza, não apenas as relações humanas dentro de uma estratificação social e racial, mas que eleger a cultura “euro-ocidental” como padrão a ser atingido. Do ponto de vista epistemológico, ainda que somente de forma reprodutiva, consolida ano após ano um currículo que se mantém desarticulado das realidades dos sujeitos que compõem a comunidade escolar, rejeita ou ignora formas e caminhos de construção do conhecimento que não sejam euro centralizados. Nessa

¹Diretora da DOT-P (Diretoria de Orientação Técnico-Pedagógica)/ DRE Campo Limpo; Doutoranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP)

perspectiva, ocorre muitas vezes que, quando se propõem a abordar as culturas que foram silenciadas (indígenas, africanas, populares, periféricas) o fazem de forma pontual, estereotipadas e folclorizadas num sentido de mistificação e associação ao “exótico”, puro, ingênuo e *edenizado ou demonizado*, negando-se a compreensão da dinamicidade presente em todas as culturas, associando-as num sentido pejorativo e incompleto à ideia de “tradição”.

Diante disso chamamos atenção para a necessidade de baixarmos as rédeas impostas pelos colonizadores e admitirmos que existem “formas outras” de produção do conhecimento, que existem noções de mundo (cosmogonias), lógicas e fundamentos para além das que nos foram apresentadas como as “melhores” ou pior, como as únicas.

Adotar a perspectiva de descolonização do currículo implica, antes de tudo, em rever e ressignificar conceitos consolidados culturalmente que justificam e legitimam a “superioridade” de uma cultura em relação a outras. Para tanto, é preciso, descolonizarmos o nosso pensamento, ou pelo menos admitirmos a existência dessa necessidade.

O “pacote” de um currículo colonizado e colonizador contém visões de mundo, práticas e teorias que naturalizam a soberania branca, masculina, judaica cristã, heteronormativa e dos padrões de “normalidade” física e psíquica. O que se opõe a essa lógica está sujeito à exclusão ou às rebeldias, que confrontam essa imposição, na maioria das vezes, na contra mão, de forma isolada ou estigmatizada.

A descolonização do currículo não ocorrerá de forma instantânea, afinal não se muda uma cultura escolar de uma hora para outra, mas tampouco transformaremos algo sem que sejam dados os primeiros passos.

Esses passos, que trataremos mais adiante, são impulsionados pela problematização de que a escola, enquanto instituição que nasce com a missão de “disciplinar corpos e mentes”, naufragou em seu próprio projeto, não deu certo. A reprodução e a memorização, características nas quais se assentam grande parte dos currículos, não garantem o “sucesso” escolar nem da forma pela qual o foi concebido. Ou seja, há indícios estatísticos, de que o “fracasso escolar” é uma tônica.

Tais resultados podem ser explicados muito mais pela ausência de representatividade ou de relação com a realidade do que pelos argumentos recorrentes de ineficácia de nossos profissionais.

Os passos iniciais para a descolonização do currículo serão dados por aqueles e aquelas que compreenderem que mais do que “receitas”, precisamos saber “quem somos?”, “onde queremos chegar?”, “com quem vamos”, “por que e para que nos mobilizamos?” e “o que nos impulsiona?”. Ou seja, não existem passos marcados, ou passos a serem seguidos, o que há é a necessidade de construirmos um caminho que nos leve não a qualquer lugar, mas exatamente aonde queremos chegar.

Toda prática esta profundamente ligada a uma teoria, que por sua vez, não deve ser reproduzida indiscriminadamente em toda e qualquer situação. A elaboração de uma teoria não tem sentido algum se não emanar da própria realidade a qual se relacionará. Na construção de um caminho, a teoria que de fato colabora é aquela que surge do estudo empírico, coletivo e integrador do grupo específico com o qual se deseja construir conhecimento e da possibilidade de diálogos críticos com pensamentos e estudos realizados em outros âmbitos. Ou seja, as primeiras lições precisam ser aquelas que possibilitem o conhecimento acerca dos sujeitos sociais que integram a comunidade escolar, até mesmo para que se possa dizer quais serão os(as) autores(as) que dialogarão com as necessidades, expectativas e interesses desse grupo.

É possível que nesse início da caminhada se defrontem com uma realidade vivenciada cotidianamente, porém silenciada, sistematicamente pela insistência de utilização de um currículo que não concebe, não dialoga e nem mesmo admite a existência da necessidade de contemplar a diversidade, as diferenças, os posicionamentos e a pluralidade de saberes em seus projetos.

Os passos a serem seguidos devem ser escolhidos por todos(as) aqueles(as) que caminharão. Não concebemos a ideia de que poderiam ser guiados(as) por uma ilustre celebridade intelectual, “onisciente e onipotente” que estabelece as regras e os limites, a partir de um ponto de observação externo (ponto a partir do qual esse olhar jamais cruzou com os seus).

Ao descolonizar o currículo, as representações acerca dos grupos sociais que integram a realidade das Unidades Educacionais, serão problematizadas.

Representações que muitas acabamos assimilando e reproduzindo. Representações de nós mesmos(as) elaboradas por pensadores externos. Olhares carregados de estereótipos, simplificações, preconceitos e discriminações, muito semelhantes aos que foram submetidos os povos originários e africanos durante a colonização. Olhares que muitas vezes lançamos sobre nossos(as) alunos(as), como se também fossemos alheios a eles(as). Isso posto, não teríamos nós, profissionais da educação, alunos (as), povos originários e africanos, uma ancestralidade comum? Não estaríamos nós todos(as) envolvidos(as) no grande projeto de colonização que se estende até os dias atuais? Resta nos perguntar de que lado nos posicionamos.

Transformar uma instituição que nasceu com a finalidade de “docilizar”, “catequizar”, “controlar” e fazer os indígenas esquecerem quem eram num “escudo de nossas culturas” é o desafio lançado por essa proposta.

Não se trata, contudo, de rejeitar o conhecimento de matrizes europeias, isso seria uma avaliação, no mínimo, ingênua ou oportunista. A defesa maior dessa proposta é construirmos coletivamente um currículo que de fato leve em consideração a dinamicidade das culturas existentes em nossa sociedade, assim como, os processos de silenciamento de determinadas formas de vida e de construção de conhecimentos em detrimento da ascensão de outras. Ignorar as relações de poder em torno dessas escolhas é algo que não podemos nos permitir, principalmente porque os discursos em torno dos currículos revelam, do ponto de vista teórico, propostas de emancipação e criticidade. Ou seja, não é possível falarmos de emancipação e criticidade se nos prestarmos a perpetuar um projeto de sociedade que marginaliza e exclui a maior parte da população.

GRUPOS FOCAIS DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR E NÚCLEOS TEMÁTICOS

Em 2013, diante do Programa Mais Educação São Paulo, no que tange à proposta de Reorientação Curricular, iniciamos na Divisão de Orientação Técnico Pedagógica da DRE Campo Limpo, diálogos que visavam uma reestruturação das ações, bem como, das concepções que embasavam as práticas desse setor. No início de 2014, em meio à implementação do programa, apresentamos a representação gráfica que segue abaixo, que expressa o significado desse processo e seus resultados, contendo para além da organização técnica das ações os sentidos e conceitos que as fundamentam. O que chamamos de Grupos Focais representa a organização dos Ciclos de Alfabetização, Interdisciplinar e Autoral, juntamente com a Educação Infantil e a Educação de Jovens e Adultos. Nessa perspectiva, a junção e a interligação expressam as intenções e esforços empreendidos na busca de se pensar uma proposta curricular de forma integrada e integradora. Os Núcleos temáticos atravessam todas as discussões presentes nos Grupos Focais, se constituindo como demandas da realidade sócio cultural em que estamos inseridos(as), e pautando, conseqüentemente, pensamentos e conhecimentos pertinentes e necessários para a construção de um Currículo que se pretende emancipatório.



GRUPOS FOCAIS

INFÂNCIAS

[...] a infância não é a idade da não- fala: todas as crianças, desde bebês, tem múltiplas linguagens (gestuais, corporais, plásticas e verbais) por que se expressam. A infância não é a idade da não-razão: para além da racionalidade técnico-instrucional, hegemônica na sociedade industrial, outras racionalidades se constroem, designadamente nas interações de crianças, com a incorporação de afectos, da fantasia e da vinculação ao real. A infância não é a idade do não-trabalho: todas as crianças trabalham, nas múltiplas tarefas que preenchem os seus quotidianos, na escola, no espaço doméstico e, para muitas, também nos campos, nas oficinas ou na rua. A infância não vive a idade da não-infância: está aí, presente nas múltiplas dimensões que a vida das crianças (na sua heterogeneidade) continua preencher. (SARMENTO, 2007, p. 35-36)

A Educação Infantil - primeira etapa da Educação Básica - deve ser considerada espaço coletivo e privilegiado de vivência das diferentes infâncias, lugar que tem potencial para contribuir na construção e fortalecimentos das identidades dos bebês e das crianças, integrando o cuidar e educar, em ação complementar das famílias.

Em consonância com tal compreensão e de que os bebês e as crianças constroem culturas; que são sujeitos sociais, capazes de produzir mudanças nos sistemas nos quais estão inseridas, ao mesmo tempo em que influenciam o cenário social, político e cultural dos mesmos, que as ações do grupo focal Infâncias devem estar articuladas com os princípios da DOT-P bem como das ações dos outros grupos focais e núcleos. O que implica propor a construção, com os profissionais da educação, de reflexões, momentos de estudos e ações pautadas na descolonização do currículo, ou seja, na construção de um currículo contra hegemônico, que contemple e valorize as diversas culturas e seus conhecimentos.

Deste modo, pressupõe reflexões em busca de problematizar e superar modelos curriculares fragmentados e descontínuos e considere bebês e crianças na sua integralidade.

Atrair integralidade, currículo da educação infantil- compreendido como práticas culturais - e a descolonização do currículo, nos leva a pensar e propor

momentos de diálogos que possibilitem a desconstrução das concepções “naturalizadas” de infância, cristalizadas em imagens que retratam as crianças de forma homogênea, a-histórica, descontextualizada, abstrata e universal, concebendo as mesmas de forma massificada, uniforme e portanto, anônima.

Possibilitem consolidar o espaço educativo da educação infantil com um espaço de vivências e experiências culturais dos grupos que ali estão sem ser escolarizante; problematizar o que é ser professora/professor da Educação Infantil.

Considerar que os bebês e crianças são sujeitos integrados desde o nascimento e que então a vida que é marcada desde a tenra infância pelas circunstâncias históricas, sociais, econômicas, culturais, geográficas, políticas, religiosas, raciais, étnicas e de gênero que imprimem marcas diversas, nas formas como as crianças vivem suas infâncias, o que nos provoca a pensar e elaborar estratégias pedagógicas em que a diversidade que compõe as infâncias que habitam a cidade de São Paulo, a DRE Campo Limpo estejam representadas, tais diálogos constituem desafios e intenções nos momentos de diálogos com as professoras (es) e gestores da Educação Infantil.

Portanto, propomos nos diálogos e encontros formativos pensar na construção de um currículo da Educação Infantil que atenda os interesses e necessidades dos bebês e das crianças da DRE Campo Limpo, compreendendo que este deve ser, também, estruturado nas práticas culturais da região. O que implica refletirmos e questionarmos certezas e ponderar o que queremos construir juntos com as professoras (es), os bebês, as crianças, suas famílias e suas comunidades.

Formações previstas (DOTP-P)

- Grupos de estudo coordenadores pedagógicos de Educação Infantil e ciclo de alfabetização. Encontros quinzenais. Formadora: Fátima Camargo;
- Curso: Documentação pedagógica;
- Curso: Agrupamentos, tempo e espaços na Educação Infantil;
- Curso: Gestão democrática - assembleias na Educação Infantil

- Curso/seminário: Gênero e sexualidade na infância (parceria com o núcleo de diversidade);
- Curso/seminário: Impactos do racismo na infância (parceria com o núcleo étnico-racial);
- Formação com os coordenadores pedagógicos (CEIs conveniados);
- Formação com os coordenadores pedagógicos da Educação Infantil;
- Resignificação o olhar para Artes.

Parcerias

- Curso ABRINQ “jeitos de aprender na Educação Infantil” (público alvo: professoras e coordenadoras dos CEIs diretos. Em andamento)
- Curso LARAMARA (público alvo: professoras/es da Educação Infantil)
- Curso A.C CAMARGO – Pedagogia Hospitalar (SME)
- Curso do Instituto criança é vida “Bebês” (público alvo: professoras e coordenadoras dos CEIs conveniados).

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

APRESENTAÇÃO

As ações formativas do Grupo Focal de Integração Curricular voltado para a Alfabetização e Letramento na DRE Campo Limpo amparam-se conceitualmente nos “Elementos Conceituais e Metodológicos para Definição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1.º, 2.º e 3.º anos) do Ensino Fundamental” e “Programa Mais Educação São Paulo: Subsídios para Implementação”.

Nesses referenciais, o conceito de alfabetização na perspectiva do letramento é assim descrito:

O termo Alfabetização pode ser entendido em dois sentidos principais. Em um sentido stricto, alfabetização seria o processo de apropriação do sistema de

escrita alfabético. (...) No entanto, esse aprendizado não é suficiente. O aprendiz precisa avançar rumo a uma alfabetização em sentido lato, a qual supõe não somente a aprendizagem do sistema de escrita, mas também os conhecimentos sobre as práticas, usos e funções da leitura e da escrita, o que implica o trabalho com todas as áreas curriculares e em todo o processo do Ciclo de Alfabetização. Dessa forma, a alfabetização em sentido lato se relaciona ao processo de letramento envolvendo as vivências culturais mais amplas. (Elementos Conceituais e Metodológicos para Definição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1.º, 2.º e 3.º anos) do Ensino Fundamental, p. 27)

A concepção de alfabetização considerada na perspectiva do letramento supõe que o estudante avance rumo a uma alfabetização não somente na aprendizagem do sistema de escrita, mas também nos conhecimentos sobre as práticas, usos e funções da leitura e da escrita, o que implica o trabalho com todos os componentes curriculares e em todo o processo do Ciclo de Alfabetização. Dessa forma a alfabetização relacionada ao processo do letramento envolve vivências culturais mais amplas e exige que professores, gestores educacionais, Conselho de Escola e comunidade escolar assumam o compromisso e a responsabilidade de garantir que TODOS e CADA UM dos estudantes, de fato, se beneficiem do direito de estar alfabetizado. (Programa Mais Educação São Paulo: subsídios para implementação, p. 76)

Os conceitos expostos, fundamentados nos estudos de Magda Soares, Artur Gomes de Moraes, entre outros estudiosos da temática, evidenciam a necessidade de revisão da cultura escolar voltada para a alfabetização de alunos e alunas dos anos iniciais. Em geral, o processo de ensino nessa etapa de aprendizagem é associado a técnicas de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética apresentadas da mesma maneira e ao mesmo tempo a todas as crianças e consubstanciadas na repetição e cópia de “famílias silábicas” em um ambiente em que os corpos estão contidos em carteiras enfileiradas.

A alfabetização na perspectiva do letramento pressupõe vivências culturais “mais amplas”, apresentação das práticas de leitura e escrita em contextos significativos, consideração das crianças como produtoras de cultura e, por isso, com direito à ludicidade, à movimentação dos corpos em tempos e espaços voltados à aprendizagem.

Na perspectiva de construção de um Currículo Popular Crítico que garanta a Qualidade Social da Educação, o Grupo Focal “Alfabetização e Letramento” visa corroborar com a construção de um Currículo Integrador no qual educadores, alunos e comunidade de todos os segmentos educativos repensem a cultura escolar, considerando os direitos de aprendizagem, a diversidade/diferença e o fim das dicotomias corpo e mente, brincar e aprender entre outras que afastam a

aprendizagem escolar das demais situações e interações vividas em outros espaços de interação.

Nesse sentido, as ações do Grupo Focal “Alfabetização e Letramento” estarão em consonância com as dos demais Grupos Focais, com especial atenção ao Grupo Focal Infâncias, uma vez que a própria rede começa a evidenciar a necessidade de ampliação da relação entre esses segmentos tendo em vista a atual cisão percebida entre os espaços CEIs, EMEIs e EMEFs.

Considerando que o conceito de infância se estende até os 12 anos, o ingresso no Ensino Fundamental não pode ser marcado por uma cisão às práticas pedagógicas vivenciadas na Educação Infantil, deve significar uma ampliação de vivências com novas oportunidades de aprendizagens nas quais as culturas de infâncias estejam presentes, sobretudo o brincar.

Essa parceria se estende ao Grupo Focal Educação ao Longo da Vida, uma vez que o processo de alfabetização no Brasil não se refere apenas às infâncias e o letramento não se encerra no período escolar. O tema também estabelece relações com todos os Núcleos Temáticos organizados pela DRE Campo Limpo, sobretudo Educação para Todos, Relações Étnico-Raciais e Círculos de Leitura, uma vez que ainda é um desafio construir conhecimento com todos e todas em uma perspectiva de descolonização do currículo, no qual as diferentes condições, culturas, etnias e vivências com a oralidade e escrita são consideradas e potencializadas.

As ações de interação e estudo do presente grupo focal também estarão apoiadas pelos estudos pós-coloniais adotados pela DOT-P, a partir dos quais se pretende ampliar a discussão e inclusão ao currículo dos chamados “conhecimentos invisibilizados”:

*“A questão é simples, basta incluir os outros conhecimentos invisibilizados e, assim ter um currículo que contemple todas as raízes formadoras do Brasil. Assim, teríamos um currículo sem excluir as raízes ocidentais, indígenas e africanas. Pelo contrário, seria o movimento de incluir todas. Incluir as raízes africanas que foram excluídas não se trata de substituir um centrismo por outra forma de centrismo, mas é premente incluir outras visões de mundo.”
(Entrevista com Kabengele Munanga – revista Educação e Políticas em Debate – v. 2, n.º 1 – jan./jul. 2013)*

É nessa ampla perspectiva que o Grupo Focal “Alfabetização e Letramento” pretende constituir tempos e espaços de diálogos e estudos com gestores, professores e alunos da região do Campo Limpo.

PROPOSTAS FORMATIVAS: PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - PNAIC 2015

FORMAÇÃO DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES

Em 2015, o Grupo Focal “Alfabetização e Letramento” pretende ampliar a participação dos professores alfabetizadores às ações formativas do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), pacto firmado desde 2013 entre o Governo Municipal e o Governo Federal que, além da formação de professores alfabetizadores, prevê distribuição de recursos materiais pelo MEC – Acervo Literário, Cadernos de Formação e Jogos Pedagógicos.

Em 2013, o PNAIC ofereceu 120 horas de formação voltadas à Língua Portuguesa. Em 2014, 120 horas voltadas à Alfabetização Matemática e 40 horas voltadas à Língua Portuguesa, com a adesão de aproximadamente 400 professores alfabetizadores anualmente.

Em 2015, a formação abordará os seguintes temas que comporão os Cadernos de Formação posteriormente distribuídos pelo MEC aos participantes:

1. Currículo na perspectiva da inclusão e da diversidade: as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e o ciclo de alfabetização;
2. A criança no ciclo de alfabetização;
3. Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização;
4. A organização do trabalho escolar e os recursos didáticos na alfabetização;
5. Organização da ação docente: a oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização;
6. Organização da ação docente: a arte no ciclo de alfabetização;
7. Organização da ação docente: alfabetização matemática na perspectiva do letramento;
8. Organização da ação docente: Ciências da Natureza no Ciclo de Alfabetização;
9. Organização da ação docente: Ciências Humanas no Ciclo de Alfabetização;
10. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: integrando saberes

As inscrições para o PNAIC 2015 na DRE Campo Limpo estão previstas para a última semana de fevereiro e, a partir delas, as turmas serão reorganizadas nos polos de formação concentrados na DRE Campo Limpo, CEU Casa Blanca, CEU Capão Redondo, CEU Campo Limpo e EMEF Carolina Rennó de maneira a melhor atender aos docentes de todos os distritos de nossa região.

Espera-se um aumento na demanda formativa em 2015 de maneira a atingir a quase totalidade de professores em regência no Ciclo de Alfabetização, tendo em vista que o MEC continua financiando o benefício de R\$ 200,00 aos participantes da formação e as Portarias de SME 3008/2014 e 6783/2014 preveem possibilidade de pontuação para fins de evolução funcional a esse público.

O incentivo à adesão dos professores regentes se justifica pela importância de que educadoras e educadores tenham a oportunidade de interagir e compartilhar concepções e experiências voltadas à alfabetização na perspectiva do letramento e possam, dessa maneira, potencializar sua prática pedagógica tendo em vista a alfabetização de todas as crianças até o 3.º ano do Ensino Fundamental.

O PNAIC 2015 também amplia as discussões no âmbito da construção de um Currículo Popular Crítico e da descolonização do currículo, temas de estudos propostos pela DOT-P DRE Campo Limpo que têm garantido à formação PNAIC o atendimento às demandas da região.

GRUPO DE TRABALHO COM ORIENTADORES DE ESTUDO PNAIC

A regência da formação PNAIC é desempenhada pelos Orientadores de Estudo, educadores da Rede Municipal de Educação com comprovada experiência na formação de professores alfabetizadores e com disponibilidade de horas semanais destinadas à formação.

Em nossa DRE, atualmente esse grupo é constituído por 17 Orientadores que se reúnem mensalmente na DRE Campo Limpo para estudo e constituição das pautas da formação dos professores alfabetizadores. Esse movimento iniciado desde 2013 tem garantido a qualidade das formações PNAIC na DRE Campo Limpo em acordo às demandas da região e, por isso, permanece como ação formativa no PNAIC 2015.

GRUPO DE TRABALHO COM GESTORES ESCOLARES

A adesão do município ao PNAIC requer um trabalho integrado na rede de maneira que gestores, professores e comunidades estejam envolvidos nas ações pedagógicas voltadas aos direitos de aprendizagem das crianças do Ciclo de Alfabetização. Nesse sentido, compreendendo que a gestão escolar precisa ter oportunidade de dialogar sobre essa temática, com destaque para objetivos da formação dos professores e possibilidades da realização e acompanhamento das ações pedagógicas na unidade, propomos a realização de Grupo de Trabalho com esse público.

O apoio e participação ativa da Supervisão, Direção e Coordenação Escolar podem potencializar as ações pedagógicas na unidade, favorecer a participação dos professores nas formações PNAIC, ampliar as discussões do tema na unidade e promover uma melhor compreensão da proposta pelos alunos e comunidade.

CURSOS OPTATIVOS E SEMINÁRIOS

O Grupo Focal “Alfabetização e Letramento” também será responsável pela organização de cursos optativos e seminários voltados a essa temática. Um dos cursos já idealizados pretende integrar a Educação Infantil e o Ciclo de Alfabetização com foco na ludicidade. Percebe-se uma demanda na rede por tempos e espaços de estudo que ampliem as possibilidades de ação pedagógicas nas quais o lúdico esteja presente. Essa ação formativa visa, justamente, suprir essa demanda.

Também estão previstos em cada semestre um Seminário voltado à divulgação de práticas de Alfabetização e Letramento em uma perspectiva de descolonização do currículo e Qualidade Social da Educação. A aprendizagem da leitura e da escrita está associada a questões que perpassam os diversos núcleos temáticos e as práticas pedagógicas amparadas nessas concepções precisam ser divulgadas na rede em eventos com ampla participação dos educadores.

ITINERÂNCIAS

O Grupo Focal “Alfabetização e Letramento” pretende ampliar as itinerâncias pelas escolas da DRE Campo Limpo, de maneira a conhecer os professores e gestores e dialogar sobre concepções e práticas de alfabetização e letramento que estão orientando a interação com os alunos nas unidades.

Para essas reuniões contaremos com a parceria dos Supervisores de Ensino, com os quais pretendemos estreitar as ações e contribuir para a Integração Curricular na região e com a ampliação dos estudos sobre descolonização do currículo e construção de um currículo popular crítico.

INTERDISCIPLINARIDADE E PROJETOS

Apesar de guardar uma relação, até mesmo pela nomenclatura, muito próxima ao Ciclo Interdisciplinar, a primeira afirmação que fazemos é a de que não pretendemos reduzir a discussão desse Grupo Focal a esse único ciclo.

A interdisciplinaridade é possível e necessária em qualquer segmento e/ou ciclo da Educação. Pensar interdisciplinarmente é romper com uma lógica de construção linear do conhecimento, tecendo uma teia de relações que nos permitem refletir e agir a partir dos pontos de convergências das diferentes disciplinas. É o movimento de volta quanto questionamos a fragmentação dos saberes. Agora, como propor a interdisciplinaridade dentro de uma matriz curricular historicamente disciplinar?

Três possibilidades reais se apresentam frente a essa questão. A primeira, podemos considerar dentro de estruturas já existentes na Rede. A Docência Compartilhada se amplia no Ciclo Interdisciplinar, mas tem precedentes conhecidos no Ciclo de Alfabetização e na EJA. Importante salientar que nessa modalidade de ação pedagógica, os dois professores trabalham juntos sem hierarquização dos saberes ou responsabilidades. Um viés possível para esses docentes (mas não restrito a eles) é o trabalho com Projetos Interdisciplinares onde haja um (ou mais) objeto de conhecimento em comum entre as disciplinas, que atenda às características de aprendizagem da turma e que seja constituída para e com os estudantes, lembrando que não se pode projetar no lugar do outro, mas constituir com o outro o caminho que será trilhado. Uma terceira oportunidade de trabalho interdisciplinar acontece no Ciclo Autoral com os TCAs, numa perspectiva de uso dos conhecimentos constituídos na escola para promoção da intervenção social.

Porém, sabemos que há especificidades do Ciclo Interdisciplinar que precisam ser consideradas:

- A consolidação dos saberes iniciados no Ciclo de Alfabetização;
- A construção dos Direitos de Aprendizagem do ciclo;
- A constituição dos perfis de estudantes e docentes, rejeitando características homogeneizadoras.

As demandas que se apresentam fazem urgentes algumas ações:

- Acompanhamento por agrupamentos dos professores que compartilham docência;
- Grupos de Trabalho por agrupamentos para constituição dos Direitos de Aprendizagem do Ciclo Interdisciplinar;
- Curso Optativo: Projetos Interdisciplinares na Docência Compartilhada;
- Seminário de Práticas Interdisciplinares de Campo Limpo.

Afirmamos, ainda, que não existe uma única forma de pensar e fazer a interdisciplinaridade e com essa afirmação dizemos que nosso objetivo não será o de fixar um modelo, mas ouvir o que os coletivos nas escolas estão realizando e nos colocarmos como parceiros nesse processo.

CICLO AUTORAL

O Programa de Reorganização Curricular desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo traz como princípios a integração e a produção de conhecimento em oposição a uma formação fragmentada e alicerçada na reprodução. Vivenciamos um momento de transformações no campo da educação desencadeadas por mudanças culturais e estruturais. Estamos diante de desafios que nos impulsionam a repensar nossas práticas e este é um processo fundamental para todos que atuam no campo da educação.

Acreditar na possibilidade de produção de conhecimento na educação básica significa romper com uma série de crenças cristalizadas em nossa sociedade: que o lugar do pensamento se restringe aos centros acadêmicos, sobretudo aos programas de pós-graduação; que os saberes populares se limitam ao senso comum e à superstições; que professores e professoras são meros reprodutores de conhecimentos elaborados por intelectuais; entre tantos outros...

A construção coletiva de um currículo fundamentado na Teoria Popular Crítica (que parte do pressuposto de que todas as pessoas que compõem o

universo escolar são sujeitos sociais, produtores de culturas e de conhecimentos) não é uma tarefa simples, porém devemos reconhecer que não está além das nossas possibilidades.

Propomos então que pensemos o Ensino como Pesquisa, em vez de pensarmos em Pesquisa e Ensino². As concepções problematizadas no Programa Mais Educação São Paulo que se referem à infância, à alfabetização, à interdisciplinaridade e à autoria propõem mudanças significativas no perfil de alunos(as), professores(as), gestores(as) e demais profissionais da educação que se pretende formar e, reconhecemos a Pesquisa como fio condutor e propulsor de todas as possíveis transformações.

“Os Homens vivem sua experiência integralmente como ideias, necessidades, aspirações, emoções, sentimentos, razão, desejos, como sujeitos sociais que improvisam, forjam saídas, resistindo, se submetendo, vivendo enfim, numa relação contraditória, o que nos faz considerar essa experiência como experiência de luta e de luta política. Nesse sentido a luta de classe é, ao mesmo tempo e na mesma medida, luta de interesses e de valores”³

Existe em nossa sociedade uma “multiplicidade de formas de poder” que se corporificam de diferentes maneiras, sendo o controle da produção de conhecimento uma das formas mais agressivas. Não estamos aqui dizendo que a produção de conhecimento é fazer específico de um grupo social, mas que houve historicamente a construção da ideia de que é matéria de um grupo social específico, cabendo aos demais a mera reprodução ou no máximo a assimilação.

Aos nos posicionarmos como pesquisadores e admitirmos a capacidade intelectual de nossos alunos e alunas de refletirem sobre suas realidades, problematizá-las, sistematizá-las e socializá-las, experimentamos um pouco do que chamamos de resistência diante de um modelo de sociedade fortemente hierarquizada e ousamos dizer que cumprimos parte de nosso papel como educadores populares, tendo em vista que atuamos na Rede Pública Municipal de Educação.

Adotar a perspectiva do Ensino como Pesquisa implica em redefinir vários conceitos, assim como práticas e condutas. Para que formemos alunos

² Citar palestra do Professora Maria do Rosário PUC/SP

³ KHOURY, Yara Maria Aun; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; VIEIRA, Maria do Pilar de Araujo. A pesquisa em história. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1995. 80 p. (Princípios, 159).

pesquisadores é preciso antes de tudo nos forjarmos como “Professores Pesquisadores”. Esse movimento se inicia com o reconhecimento de nossas próprias possibilidades, além da compreensão acerca de nosso processo formativo e das relações de poder que o permearam.

Uma postura investigativa e filosófica diante da realidade é uma das principais características de um pesquisador e isso pode ser observado com maior intensidade nas crianças. Estudos recentes indicam que é durante as infâncias que os alunos(as) demonstram maior interesse pela escola. Há nessas afirmações uma relação iminente. Não é possível negarmos a ideia de que as práticas pedagógicas que reproduzem o conhecimento acabam por gerar um crescente desinteresse por parte dos alunos, pois os sentidos das descobertas e das curiosidades presentes na infância acabam por serem minados nas fases que compõem o Ensino Fundamental e Médio.

Desdobramentos do Ciclo Autoral

“O Ciclo Autoral abrange do 7º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Esse ciclo se caracteriza pela construção de conhecimento a partir de projetos curriculares comprometidos com a intervenção social e se concretiza com o Trabalho Colaborativo de Autoria – T.C.A. – elaborado pelo aluno e acompanhado sistematicamente pelo professor orientador de projeto.” (Notas Técnicas do Programa Mais Educação São Paulo)

Projetos Curriculares e Intervenção Social

Consideramos primordial dizer que concebemos como “Projeto Curricular” uma ação que intenciona a reconstrução do currículo diante de necessidades e interesses reais, imbuída de intencionalidades e orquestrada de forma coletiva, democrática e teoricamente fundamentada. Portanto, ao caracterizar o Ciclo Autoral como uma “construção de conhecimento a partir de projetos curriculares comprometidos com a intervenção social” o Programa Mais Educação São Paulo apresenta uma clara proposta de reorganização do Currículo por meio das experiências locais e das particularidades de cada Unidade Escolar, que

contemplem a dinâmica cultural e social da comunidade e das pessoas que a compõem.

Ao propormos a produção do conhecimento a partir da realidade com caráter prospectivo não estamos nos distanciando dos conhecimentos historicamente construídos, muito menos dizendo que estes não são relevantes. Buscamos constituir uma abordagem que parta da problematização da realidade local, das questões do cotidiano e que as relacione com outras questões consideradas mais amplas e de igual importância.

“Os projetos curriculares visam à participação com autoria e responsabilidade na vida em sociedade de modo que o aluno, ao intervir no âmbito das experiências do grupo familiar e escolar, possa tornar mais justas as condições sociais vigentes. A educação, enquanto constructo humano, é pensada como forma de intervenção no mundo. Será dada ênfase ao desenvolvimento da construção do conhecimento considerando o manejo apropriado das diferentes linguagens, o que implica um processo que envolve a leitura, a escrita, busca de soluções de problemas, análise crítica e produção. É, portanto, o domínio de diferentes linguagens (lógico-verbal, lógico-matemática, gráfica, artística, corporal, científica e tecnológica) que permitirá a cada aluno, ao final do Ciclo Autoral, a produção do T.C.A. comprometido com a construção de uma vida melhor.” (Notas Técnicas do Programa Mais Educação São Paulo)

Os projetos podem contemplar diferentes saberes e envolver todas as áreas do conhecimento e devem ser construídos juntamente com os alunos, seus principais sujeitos. Habilidades essenciais para a vida no mundo contemporâneo podem ser desenvolvidas por meio das mais variadas linguagens.

CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AO LONGO DA VIDA – EJA

*“A Felicidade tem amnésia.
É preciso lembra-la todo dia que você existe.”*

*“Não confunda briga com luta.
Briga tem hora pra acabar e luta é para uma vida inteira.”*

Poeta Sérgio Vaz

Em consonância com o “Programa Mais Educação de São Paulo” (nota técnica nº 08 e nº 22), com a meta 07 do “Programa de Metas da Cidade de São Paulo 2013-2016”, com as concepções da EJA e sua carta de princípios, com o PPP da DRE – Campo Limpo e da Carta de Intenções da DOT-P de 2015 o Grupo Focal “Construção do Conhecimento ao Longo da Vida” buscamos uma construção coletiva das especificidades da EJA, nas diferentes formas de atendimentos na DRE Campo Limpo (Regular, Modular e CIEJA). No âmbito desta diversidade de jovens e adultos, em seus interesses, particularidades, culturas, na busca da troca de experiências significativas entre essas gerações.

Nas trocas de experiências, o desenvolvimento da aprendizagem se constitui na EJA através de uma busca pela construção do conhecimento, em um aprendizado mútuo, pensando e refletindo em circunstâncias que os educandos e educandas da EJA possuem um saber que foi constituído através da vida, de experiências, de vivências e culturas locais.

Os educandos e educandas nesta modalidade são sujeitos de um processo histórico de exclusão educacional, razões diversas de necessidades de deixar os estudos por questões sócio-econômicas, falta de escolas nas regiões onde nasceram e cresceram, condições de machismo na família e até mesmo, o fracasso escolar, reduzindo-os a uma condição de sujeitos subalternizados na definição de Spivak *“às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”*.⁴

Desta forma, a EJA na construção do conhecimento ao longo da vida possibilita reintegrar este sujeito subalternizado, dando voz aos educandos e educandas silenciados pelas condições impostas nas suas infâncias e adolescências, fazendo desta forma a práxis, conforme Paulo Freire:

*“A teoria sem a prática vira ‘verbalismo’, assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade”*²

Sendo assim, a proposta de construções das seguintes intencionalidades, serão dados em encontros de planejamento, que envolverão a equipe de DOT-P

⁴ SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? 2. reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. Pág. 13-14

² FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2005.

da DRE-CL, as coordenadoras e coordenadores, as educadoras e educadores da EJA, garantindo um processo de educação permanente, de modo a acompanhar a prática no processo educativo de forma participativa, ativa e crítica.

Objetivos:

Construir referenciais específicos para esta modalidade de ensino no território (EJA Regular, Modular e CIEJA);

Construir uma rede de proteção dos alunos e alunas jovens da EJA que estão inseridos no território da DRE Campo Limpo em parceria com a articulação do JUVIVA;

Refletir relações entre as práticas de educação popular crítica, assim como a descolonização do currículo no território com os princípios emancipatórios da Educação de Jovens e Adultos;

Promover diálogo entre as escolas e as diferentes culturas produzidas na periferia;

Realização de reuniões periódicas com os(as) coordenadores(as) pedagógicos(as) de EJA;

Realização de Seminários semestrais para a socialização das práticas e criação de um momento de formação horizontal entre educadores e educandos em contato com as práticas culturais da periferia, com olhares das especificidades da zona sul;

Realização de no mínimo 02 (dois) Cursos Optativos de 12h no primeiro semestre e 02 (dois) cursos optativos de 12h no segundo semestre, tratando do histórico da EJA no Brasil, Práticas de Educação Popular nos Movimentos Sociais e Juvenilização da EJA.

MOVA: MOVIMENTO DE ALFABETIZAÇÃO DE SÃO PAULO

*Poetas niversitário,
Poetas de Cademia,
De rico vocabularo
Cheio de mitologia;
Se a gente canta o que pensa,
Eu quero pedir licença,
Pois mesmo sem português
Neste livrinho apresento
O prazê e o sofrimento
De um poeta camponês...
... Sou um caboco rocêro,*

*Sem letra e sem instrução;
O meu verso tem o chêro
Da poêra do sertão;
Vivo nesta solidade
Bem distante da cidade
Onde a ciência governa.
Tudo meu é naturá,
Não sou capaz de gostá
Da poesia moderna.*

**Aos poetas clássicos – Patativa do
Assaré**

Em consonância com o “Programa Mais Educação de São Paulo” (nota técnica nº 08), com a meta 07 do “Programa de Metas da Cidade de São Paulo 2013-2016”, com as concepções do MOVA e sua carta de princípios, com o apelo da V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFITEA V) – UNESCO / Hamburgo - 1997, com o PPP da DRE – Campo Limpo e da Carta de Intenções da DOT-P de 2015, o Grupo Focal “Construção do Conhecimento ao Longo da Vida” leva para a reflexão as seguintes ponderações de um percorrer em busca de um processo de aprendizado institucional e não institucional, baseado na prática dialética que envolva a todos e todas neste processo.

Segundo Freire, *"não há docência sem dicência, as duas se explicam, e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem a condição, de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender".*⁵

Nesse processo é importante a busca de

uma concepção emancipatória de educação, um comprometimento com as transformações político-sociais, um desenvolvimento da consciência política

⁵ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra. 1998. Pág23

*dos educandos e educadores, a luta pelos direitos sociais da educação, um incentivo à participação popular, um fortalecimento dos movimentos sociais, uma organização da comunidade e fortalecimento de grupos organizados, dentre outros*⁶.

Sendo assim, nos encontros de planejamento, elencamos as seguintes intencionalidades para a nossa formação, que envolverá a equipe de DOT-P da DRE-CL, as coordenadoras e coordenadores, as monitoras e monitores, as educadoras e educadores do MOVA, garantindo um processo de educação permanente do MOVA da DRE-CL, de modo a acompanhar a prática no processo educativo de forma participativa, ativa e crítica. Nos encontros mensais problematizaremos as temáticas:

Um olhar contra hegemônico para a Educação inclusiva;

Estudos Culturais;

Experimentações da Educação de Jovens e Adultos no Assentamento Irmã Albertina;

Concepções de avaliação numa perspectiva emancipatória;

Relatos de práticas sobre Alfabetização na Ocupação Jardim União;

Experiências de alfabetização de Adultos na América Latina (projeto “Yo, si puedo”);

Semana de Alfabetização 2015

Outra grande preocupação deste Grupo Focal é diminuir o distanciamento do MOVA para com as outras modalidades de Educação de Jovens e Adultos.

⁶ Educação de Jovens e Adultos: princípios e práticas pedagógicas – 2015; DOT-EJA, SME. 2015

NÚCLEOS TEMÁTICOS

CÍRCULOS DE LEITURA

APRESENTAÇÃO

O Núcleo Círculos de Leitura amplia o debate sobre a importância da leitura como meio de interação que surge das relações sociais constituídas em vários espaços e tempos em nossa sociedade e que encontra destaque na escola tendo em vista essa relevância e o papel social desempenhado por essa instituição.

Estudos sobre a leitura na escola, tais quais Lerner, Todorov, entre outros, evidenciam a necessidade de ressignificação dessa prática no contexto da sala de aula. Uma observação histórica nas práticas de leitura recorrentes nesse espaço a associam a pretexto para outras atividades ou ação obrigatória que se propõe a avaliar, geralmente por meio de prova escrita, o quanto o aluno memorizou sobre elementos da narrativa.

A reincidência dessas práticas e pouca oportunidade de outras interações gerou o quadro ideal à pergunta de Lerner: “É possível ler na escola?”. A resposta certamente é afirmativa, entretanto, requer novas interações com os diversos suportes nos quais a leitura pode ser apresentada e, sobretudo, questionamentos sobre a concepção de leitura que permeia essas interações.

É nessa busca por vivências que ressignifiquem a prática leitora no espaço escolar e que a ampliem como prática social carregada de sentidos que o Núcleo Temático Círculos de Leitura pretende organizar seus tempos e espaços de interação com os educadores da Rede Municipal de Educação na Região do Campo Limpo.

Nesse sentido, a leitura é compreendida como objeto transdisciplinar, o que justifica e exige a integração com todos os Grupos Focais e demais Núcleos Temáticos organizados na DRE Campo Limpo e partir dos quais ampliamos a busca por um currículo popular crítico que se oponha à apresentação de uma cultura hegemônica.

Dentro desses ideais, um dos principais públicos com os quais será feita interação por meio de Grupos de Trabalho são os Professores Orientadores de Sala de Leitura, profissionais que lidam diretamente com os desafios da ampliação do público leitor e a sensibilização para a leitura do texto literário e cuja ação também se caracteriza como transdisciplinar, pois, devido às especificidades da atribuição de suas aulas geralmente acompanham os alunos de todos os segmentos escolares.

Além desse grupo, estão previstas ações de fomento à leitura com os demais educadores da rede, a partir da discussão, organização e realização de uma feira de

livros que aborde a temática da literatura contra hegemônica, ou seja, desvinculada do mercado editorial e dos círculos onde convencionalmente a leitura foi situada. A busca é justamente por novos círculos de leitura nos quais se constituam também outros autores, leitores, tempos e espaços que se constituam em práticas mais democráticas da literatura, compreendida como um direito de todos e todas.

AVALIAÇÃO E INTERVENÇÕES PARA A APRENDIZAGEM

"Avaliar é criar, sem criação a existência seria oca".

Nietzsche

Sancionado em 2013 e implementado ao longo de 2014, o programa de Reorientação Curricular Mais Educação São Paulo trouxe à discussão algumas questões há um tempo sedimentadas em nossa rede, tal como a avaliação.

Pensar e falar sobre avaliação nem sempre é confortável. Em grande parte esse desconforto é gerado pela forma como nós mesmos fomos e somos avaliados em diferentes situações de nossa vida: muitas vezes pelo que nos falta e não pelo que podemos.

Quando tratamos de avaliação na esfera escolar temos ainda alguns outros agravantes. Historicamente a avaliação foi sendo constituída como a aplicação de instrumentos de verificação da apropriação de conteúdos pelos alunos e, em geral, realizando-se ao fim de etapas do processo de escolarização (final do bimestre, ano, do trabalho com aquele conteúdo específico), tendo em vista também o cumprimento dos programas e legislações vigentes.

Com as pesquisas e as transições de concepções e políticas educacionais é que se constituem os referenciais legais que hoje devem orientar avaliação. Dessa forma, temos atualmente uma legislação educacional que evoca uma avaliação processual, participativa, significativa, que promova a aprendizagem.

No entanto, se por um lado as últimas duas décadas foram fundamentais para o avanço nas reflexões, por outro as práticas avaliativas nem sempre se configuram como ações que promovam a aprendizagem e não o julgamento descontextualizado da mesma.

Por toda essa historicidade é que se faz necessário investir sistematicamente na construção de conceitos e práticas avaliativas que considerem:

- o estudante como pessoa de direitos, com uma história de vida e de construção de conhecimentos antes mesmo da escolarização;

- avaliar não como a aplicação isolada de instrumentos de verificação e sim como um olhar sobre as diferentes formas pelas quais os estudantes constroem seus saberes e, portanto, os resultados não são um fim, mas a oportunidade de se redimensionar ações pedagógicas.

Sabemos ainda que a dimensão avaliativa não deve ser isolada das demais discussões político-pedagógicas que ocorrem dentro e fora da escola. É nesse sentido que colocamos a avaliação no cerne de outras reflexões, tais como:

- a elaboração dos currículos e projetos das Unidades de nossa DRE;
- a consolidação de uma escola pública democrática no acolhimento da diversidade e das diferenças, comprometida com uma qualidade que é social, que não visa o resultado, mas não o perde de vista.

Em nossa DRE, essas discussões já iniciadas serão sistematizadas pela constituição do Núcleo de Avaliação e Intervenção para as aprendizagens com a participação de gestores escolares, professores, membros da DOT e supervisão, com as seguintes propostas:

- abertura de agenda para acompanhamento e discussão acerca das concepções e práticas de avaliação nas escolas;
- encontros por agrupamentos dos professores que têm aulas atribuídas em projetos interventivos, tais como a Recuperação Paralela (bimestral);
- Cursos Optativos: Práticas de Avaliação Formativa: matrizes e instrumentos;
- Seminário: Historicidade da Avaliação: por que avaliamos como avaliamos?

Pretendemos com essas ações promover um debate sobre avaliação que não seja desconfortável pelos julgamentos, mas inquietante pelas possibilidades.

RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

Na educação brasileira a questão étnico racial é de suma importância para compreender a situação política, as desigualdades, os modelos de consumo, os padrões de beleza estabelecidos e valorização de determinadas práticas culturais em detrimento de outras, pois, o Brasil tem 51% de afro-brasileiros (IBGE, Censo de 2010) e compreendemos que esta mesma parcela da população não está representada nos espaços midiáticos, nas Universidades, e conseqüentemente em profissões que exigem formação superior, como Professores, Médicos, Advogados, Engenheiros, Antropólogos, entre outras.

Vivemos numa sociedade desigual, onde a luta de classes avança para muito além da linha socioeconômica, e de fato, existe um recorte racial que tem privilegiado um determinado grupo que geralmente não tem ascendência africana ou indígena. Acreditamos que grande parte dessa desigualdade também tem se enraizado no ambiente escolar, que na maioria das vezes, além de invisibilizar os saberes constituídos historicamente pelas populações Africanas, Afro-brasileiras, Latino-americanas e Indígenas, tem contado a história do país a partir de um olhar euro-ocidental apenas.

Não se trata de mudar a centralidade (MUNANGA, Kabengele), mas sim de proporcionar vez e voz aos saberes que tem se construído à margem dos padrões de sociedade euro-ocidental, como as culturas tradicionais e contemporâneas de origem Africana, Afro-brasileira, Latino-americana e Indígena, evidenciando a pluralidade de saberes que compõem nossa sociedade. Logo, é importante ressignificar o papel da educação pública no país, propondo a construção de um currículo contra hegemônico, desde a educação infantil, passando pelos ciclos de alfabetização, interdisciplinar e autoral.

Objetivos:

Promover a discussão das práticas escolares visando à qualificação e ampliação do trabalho com questões Indígenas, Africanas e Afro-brasileiras no cotidiano escolar;

Desconstruir a visão estereotipada e as práticas de invisibilização acerca dos povos tradicionais, das culturas de matriz africana e indígenas.

Refletir os processos de Imigração, atentando especificamente para a América-Latina e os países africanos.

Estratégia:

Além da adesão e realização dos cursos e seminários já previstos no calendário da SME.

Promoção e acompanhamento de agrupamentos em horário coletivo para discussão de questões raciais e estratégias de ensino acerca do tema, cada agrupamento será organizado em 06 (seis) encontros, organizando as horas de estudo entre as temáticas Indígenas, Africanas e Afro-brasileiras, e também momentos de reflexão no grupo de maneira autônoma.

Organização do GT Local, com encontros mensais (*verificar procedimentos para pontuação*).

Realização de 03 (três) seminários, 01 (um) sobre a questão indígena, 01 (um) culturas Africana e Afro-brasileira e 01 (um) sobre Migração/Imigração, com ênfase nas questões Nordestinas, Latino Americanas e Africanas.

Realização 01 (um) Curso com a temática indígena e 01 (um) com a temática Africana e Afro-brasileira por semestre.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Pensar a escola pública como ambiente participativo e transformador da realidade, em suma, é pensar a participação popular na tomada de decisões rompendo diretamente com as estruturas de poder, que são hierárquicas, excludentes, classificatórias e opressoras.

A participação comunitária é parte integrante das práticas sociais dos bairros, tais como as associações, as agremiações, os centros esportivos, os grupos de mães, etc. Enfim, na periferia, a partir das lutas por moradia, urbanização, transporte, saúde e educação, os movimentos sociais são parte integrante na história das regiões. Diferente das classes dominantes que tem o hábito de pagar e vigiar a execução do serviço, investindo cada vez mais em portões, grades e blindagens, ou seja, pseudo-segurança, ao invés da intervenção social e abertura para o diálogo.

O trabalho com a participação social no ambiente escolar (Gestão Democrática) prevê a formação integral e continuada dos educandos e educadores enquanto sujeitos históricos, participantes dos processos de mudança comunitários, de forma integrada e participativa, favorecendo na construção da autonomia e na capacidade de criar estratégias para a resolução de problemas reais.

É importante que o Gestor/Diretor seja um facilitador na construção dos canais de diálogo, sistematizando os processos e garantindo um eixo organizativo referente às propostas e ações, propiciando a garantia de uma ação objetiva, promovendo, se necessário, estudos acerca das verbas, das possíveis formas de organização, e, sobretudo, refletir junto ao grupo uma proposta de ensino que contemple a realidade local e as necessidades específicas de sua unidade, fortalecendo – além da participação – a afirmação de uma identidade comunitária.

Objetivos:

Ampliar e otimizar a participação comunitária nos conselhos escolares;

Ampliar a participação do corpo docente nos conselhos escolares;

Constituir Grêmios nas unidades de Ensino Fundamental;

Proporcionar momentos de reflexão acerca das atribuições e possibilidades de ações nas práticas dos conselhos escolares.

Estratégia:

Realização de Reuniões bimestrais com o CRECE;

Reuniões bimestrais com o GT de professores coordenadores de Grêmios Estudantis.

Participar ativamente das reuniões entre o Diretor Regional e os Gestores das Unidades, propondo temas para discussão acerca dos conceitos de Gestão Democrática.

Realizar itinerância acerca da agenda das Reuniões dos Conselhos e Grêmios;

Participação no Fórum Municipal de Educação

Participação nos diversos Fóruns Locais da região de Campo Limpo.

DIREITOS HUMANOS – CEDH - JUVIVA

As periferias da cidade de São Paulo são referência quando falamos de movimentos de resistência, cultura popular e produção artística, mas também evidencia um cenário de violência bastante acentuado, tanto pela guerra urbana promovida pelo tráfico, como pela atuação dos grupos de extermínio que atuam nas áreas de maior vulnerabilidade, sem contar os inúmeros homicídios cometidos por policiais, legalmente registrados como autos-de-resistência.

A quantidade de homicídios cometidos contra jovens periféricos é exorbitante, e a situação se agrava ainda mais quando fazemos um recorte regional, por exemplo, em 2014 foram registrados 149 assassinatos nos bairros Parque Santo Antônio, Capão Redondo e Campo Limpo. Segundo a SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção a Igualdade Racial, no Brasil, 75% dos homicídios têm como vítimas os jovens negros, em sua maioria, com idades entre 15 e 29 anos.

Dessa forma, enquanto DRE, localizados numa área com altos índices de violência, acreditamos ser necessário o acompanhamento das ações voltadas ao combate, prevenção e criação de mecanismos de defesa acerca das taxas de mortalidade da população pobre, preta e periférica, auxiliando nas pesquisas, sistematização de dados, formação de professores e demais “formas” de atuação no campo educacional.

Objetivos:

Contribuir criticamente nos processos de implantação/implementação do Programa Juventude Viva (JUVIVA);

Contribuir na construção e revisão das propostas para a implantação/implementação do Centro de Educação em Direitos Humanos – CEDH,

visando coerência perante as práticas de um currículo popular crítico que está em constante processo de discussão em nossa DRE.

Estratégia:

Atuar como parceiros junto às ações do Programa Juventude Viva (JUVIVA) e CEDH (Centro de Estudos em Direitos Humanos), estabelecendo um canal efetivo de diálogo com o GT (Grupo de Trabalho), os Articuladores Locais e a SMDH.

ACOMPANHAMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Existe uma especificidade nos educandos em processo de Medidas Socioeducativas, esses educandos, na maioria dos casos, já tem um histórico de violação de direitos e uma situação de alta vulnerabilidade social, sendo-lhes negados direitos fundamentais no que diz respeito a doutrina de Proteção Integral (Estatuto da Criança e do Adolescente), e em algumas situações esses jovens não conseguem sequer acessar a escola, menos ainda os serviços de saúde, lazer e assistência social. A jornada de trabalho dos pais costuma ser longa, e geralmente localizada distante dos lares, o que interfere diretamente nas relações, prejudicando, inclusive, a criação dos vínculos fundamentais com a família.

Quando um adolescente comete um ato infracional, possivelmente já está num ciclo de sucessivas falhas e violações de direitos, lembrando que os processos educacionais e a garantia de direitos das crianças e adolescentes são de responsabilidade do Estado, da Sociedade e da Família, e quando Eles não são adequadamente assistidos por alguma ou nenhuma dessas esferas, possivelmente está vulnerável a cometer erros, já que está numa condição peculiar de sujeito em desenvolvimento.

Os artigos 112 ao 125 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) preveem medidas socioeducativas para adolescentes que cometem ato infracional, diferente do discurso veiculado nos meios de comunicação social, como o Rádio, TV e Revistas, que diariamente alimentam o mito da inimizabilidade penal para adolescentes. As medidas socioeducativas são formas de responsabilização do adolescente por seus atos perante a sociedade, e podem ser aplicadas das seguintes formas: advertência verbal, reparação de danos, prestação de serviços à comunidade (PSC), liberdade assistida (LA), semiliberdade e internação. Tais medidas são aplicadas sob juízo, e adequadas à gravidade do ato infracional e/ou reincidência.

Para as escolas que recebem educandos em processos socioeducativos, é importante participar de um canal de diálogo estreito junto às famílias e os orientadores

sociais, visando melhor acompanhamento dos processos de desenvolvimento e conseqüentemente promover um melhor aproveitamento deste educando nas atividades escolares e em sua socialização.

Objetivos:

Criar um canal de diálogo entre as Escolas que recebem os educandos em processo de Medida Socioeducativa e os serviços que realizam um acompanhamento mais sistematizado sobre a situação de vulnerabilidade e processos reinserção nos espaços de educação formal;

Contribuir para que a Escola seja um ambiente mais acolhedor, inclusive, para os educandos e educandas em situação de vulnerabilidade e conflito com a lei.

Estratégias:

Realização de Reuniões periódicas da DRE Campo Limpo com os MSE's e as Escolas que acolhem os educandos em processos de Medidas Socioeducativas;

Realização de 01 (um) Seminário ou Curso optativo de 12h com o tema: Vulnerabilidade, Violação de Direitos e Medidas Socioeducativas;

EDUCAÇÃO PARA TODOS E TODAS

A equipe da Diretoria de Orientação Técnica Pedagógica expressa a intenção de dialogar e refletir com as equipes das unidades escolares sobre as questões educacionais pertinentes à realidade do território Campo Limpo. Para efetivar esta intenção, reconhece no processo educacional grupos focais de integração curricular com um núcleo cujos temas retratam ações presentes na construção de conhecimento ao longo da vida de todas as pessoas.

Na constituição do núcleo temático Educação para Todos e Todas se considerou, numa primeira construção, o uso da expressão Educação Inclusiva. Entretanto, o termo inclusão revelou-se limitado quando associado apenas às pessoas com deficiências. A escolha da expressão Educação para Todos e Todas assegura o direito de alunos e alunas ao avanço nas suas aprendizagens considerando suas diferenças e diversidades sociais, econômicas, culturais, étnicas raciais, entre outras. Assegura também, a importância de conhecer cada aluno e aluna não para classificá-los, mas para envolvê-lo em situações significativas.

O diálogo que se intenciona estabelecer com as escolas provém de reflexões constituídas individual e coletivamente, a partir das vivências que foram e são experienciadas nos diferentes ambientes e em especial nos espaços escolares e de estudos cujos referenciais tem sido divulgados à rede.

Considerando que a Educação para Todos e Todas não diz respeito só aos estudantes, mas a todos e todas que circulam no espaço escolar, uma das ações em destaque neste tema está voltada para a formação inicial e continuada dos estagiários e das estagiárias que atuam nas unidades escolares da rede municipal da Diretoria Regional de Educação de Campo Limpo.

Os supervisores de estágio foram chamados para uma avaliação coletiva dos trabalhos que vem sendo realizados e, a partir dessa escuta, foi estabelecido um plano de ações formativas.

- Mensais, para os estagiários e as estagiárias em agrupamentos de aproximadamente 30 participantes.
- Bimestrais, para os supervisores de estágio.
- Permanentes, para os professores e professoras das turmas que recebem estagiários.

As formações planejadas têm como foco o trabalho colaborativo, as questões metodológicas, a concepção de avaliação formativa, os pressupostos que embasam o PNAIC, sem perder de vista o direcionamento escolhido em relação ao conceito de currículo crítico e de intervenções que propiciem consciência de que alguns equívocos têm sido naturalizados e que há urgência de revisão de conceitos e práticas pedagógicas tendo em vista o ideal de qualidade social da educação.

NÚCLEO DIVERSIDADE E IGUALDADE DE GÊNERO

Afinal, por que termos um núcleo para tratar das questões de gênero e sexualidade?

Essa pode ser (e de certo é) a pergunta que se faz recorrente entre educadores e educadoras quando são apresentados a essa frente de trabalho e a justificativa para o questionamento pode ser até plausível: são tantas demandas que se põem à escola, agora mais esta!

Seria um questionamento plausível se considerássemos que esta demanda não pertence ao currículo, mas afirmamos: ela pertence. Observemos a disposição das filas nas escolas, a estrutura dos sanitários, as brincadeiras ditas de “meninos” ou de “meninas”, os comportamentos esperados de ambos os sexos etc. Há muito FOUCAULT (1987) sustentava a tese de que o corpo, o gênero e a sexualidade são instrumentos para vigiar e punir durante o processo de “fabricação” de sujeitos.

Assim, quando pensamos e propomos um currículo descolonizador, o corpo e suas manifestações não podem estar dissociados. Quebrar a lógica dos comportamentos

produzidos pela escolarização é necessário e pertinente aos nossos dias, tendo em vista não a constituição de igualdades que invisibilizem as pessoas, mas a construção da diversidade de manifestações que preserve a igualdade de direitos.

Com esses objetivos, propomos:

- Mesas temáticas para discussão da diversidade e da igualdade de gêneros;
- Cursos optativos sobre relações de gênero, sexualidade e educação.

São iniciativas que pretendem fomentar as discussões nas Unidades Educacionais em Campo Limpo acerca da constituição das identidades de femininos e masculinos em suas diferentes manifestações.

NÚCLEO GESTÃO PEDAGÓGICA (SISTEMAS E REGISTRO)

Introdução

Ao longo da implantação do Sistema de Gestão Pedagógica (SGP) em 2014 e no início do ano de 2015, com a consulta às Diretorias Regionais de Educação, foram recebidas diversas sugestões para o aprimoramento da usabilidade e das funcionalidades do sistema.

As sugestões foram recebidas por meio de diversos canais de comunicação, como: reuniões periódicas com administradores do SGP das Diretorias Regionais de Educação (DRE), e-mails de atendimento aos administradores do SGP das DRE, reuniões da Equipe SGP na SME, reuniões com a equipe de DOT – Ensino Fundamental e Médio, reuniões com a equipe de DOT – Educação Especial, reuniões da equipe da MSTech (desenvolvedores, analistas e técnicos de campo), visitas às Diretorias Regionais e à escolas, entre outros.

Cabe ressaltar que está em tela o desenvolvimento de funcionalidades pedagógicas e de ergonomia para o SGP no Ensino Fundamental, a implantação no Ensino Médio, nas EMEBS e a criação de módulos para a Supervisão Escolar e Currículo Integrador da Educação Infantil. As inovações a serem incorporadas nesse 2º ano de implantação do SGP objetivam racionalizar os processos, ampliar a autonomia da escola, promover a análise pedagógica dos dados, proporcionar maior participação e colaboração entre os educadores e facilitar e diminuir tempo de registro pelos professores.

SGP 2.0

Estudando a implantação gradativa, participativa e segmentada das novas versões, o SGP 2.0 fundamenta-se nos seguintes eixos, a saber:

Ergonomia do SGP

Usabilidade e navegabilidade do SGP Web e SGP Tablet

– a partir das constatações de dificuldades apresentadas nas reuniões estamos ampliando pesquisas e implementações de ajustes no SGP Web e SGP Tablet de forma a minimizar o tempo de realização de ações no sistema e melhorar a experiência de uso do SGP. Exemplos de ações resultantes:

- Diminuição do número de botões, telas e “cliques” para o professor acessar;
- Racionalização do número de processos a serem realizados pelo professor;

- Lembretes para “salvar” informações a cada vez que o professor deixa uma tela.

Desenvolvimento de funcionalidades pedagógicas

Informações da Aprendizagem para a Gestão Escolar – desenvolvimento de painéis interativos virtuais (dashboard) com de conjunto de documentos acessíveis aos gestores escolares, supervisores escolares e diretores regionais com a apresentação de relatórios das atividades pedagógicas das unidades educacionais, diretorias regionais de educação e do conjunto das diretorias regionais de educação. Os relatórios apresentarão a trajetória de aprendizagem e acompanhamento do currículo, apontando indicadores para análise de questões relacionadas a programas de formação docente, atividades complementares aos educandos e ações visando à melhoria da qualidade da educação municipal.

Trabalho colaborativo - criação de áreas para o trabalho colaborativo pelos professores como no planejamento das atividades de cada ciclo pelo conjunto de professores; projetos interdisciplinares, trocas e articulação de planos de aula, especialmente para a docência compartilhada.

Supervisão escolar – desenvolvimento de ferramentas que apoiem a supervisão escolar, que expandem o conceito do Diário do Supervisor criando painéis que permitam acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem de todas as escolas e análise dos PPPs agora disponíveis no sistema.

Currículo Integrador – viabiliza o compartilhamento da documentação pedagógica dos egressos da Educação Infantil para os anos iniciais do Ensino Fundamental, permitindo um planejamento adequado no início do ano facilitando o atendimento ao que está disposto na portaria de organização.

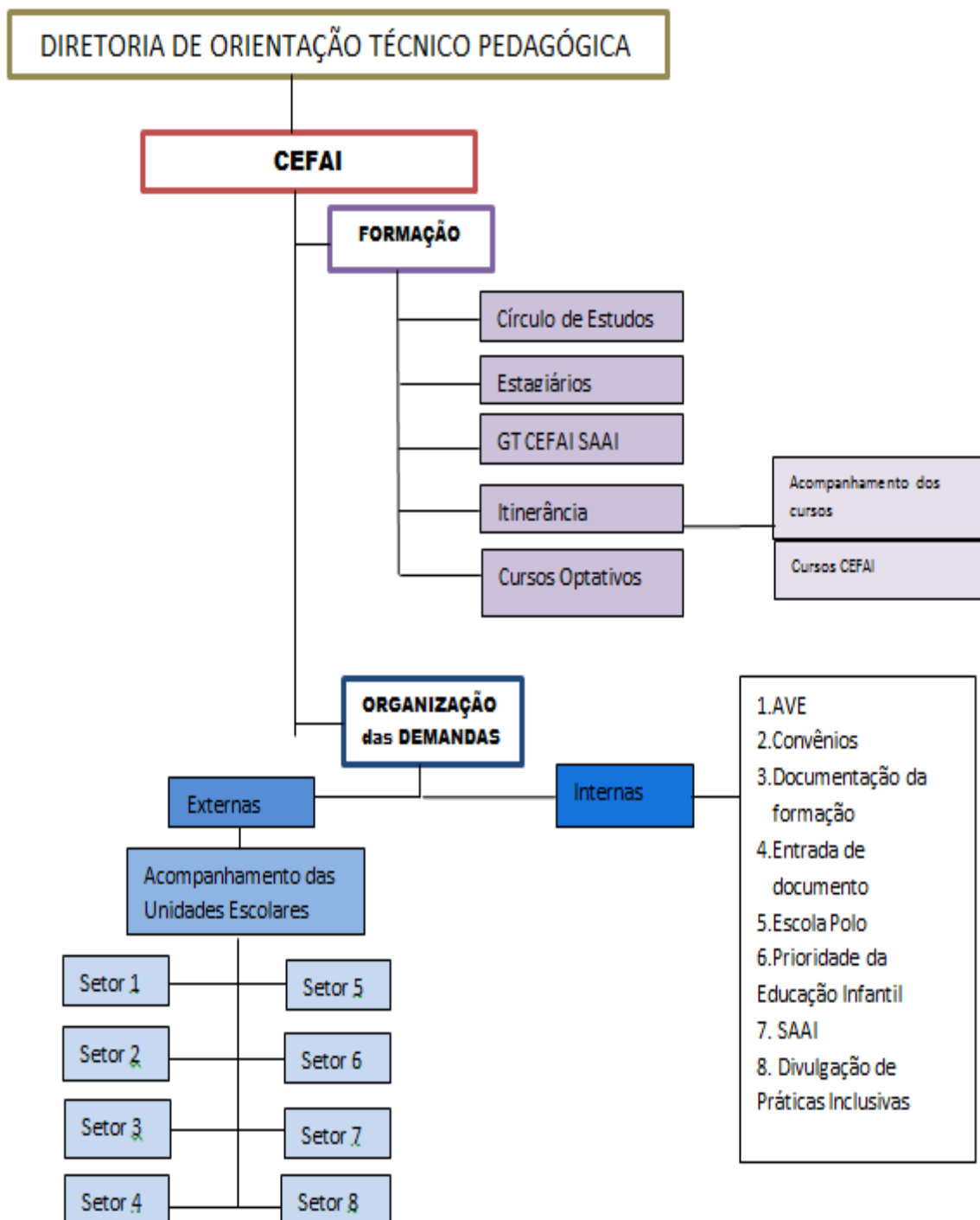
No momento estamos em plena reformulação, estabelecendo uma aproximação com a Diretoria de Orientação Técnico Pedagógica – Ensino Fundamental de SME, com vistas à constituição do SGP como ferramenta pedagógica, qualificando e simplificando as formas de registros.

CENTRO DE FORMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO À INCLUSÃO – CEFAI

Para contribuir com o processo de inclusão escolar temos uma equipe formada por onze profissionais: 1 (uma) Diretora DOT-P/CEFAI, 8 (oito) PAAI, 1 (um) Assistente Técnico Educacional (ATE) e 2 (dois) estagiários de Pedagogia. Conforme o quadro seguinte:

DRE		CAMPOLIMPO	
Coordenação		Marily Santos Cardoso	
PAAI		Área de Formação	Data da designação
Andressa Batista dos Santos		Deficiência Intelectual/ DF	06 de novembro/2013
Gisele da Silva Guimaraes		Deficiência Intelectual	16 de outubro/2013
Caroline Gomes de Oliveira Vasconcelos		Educação Inclusiva	15 de Agosto/2014
Lucimar Ribeiro dos Santos		Deficiência Intelectual	07 de julho/2011
Marcos Rodrigo da Rosa		Educação Especial	27 de setembro/2013
Marina Matias de Menezes		Deficiência Intelectual	22 de setembro/2010
Rita de Cassia Tenório		Deficiência Múltipla	02 de fevereiro/ 2015
Walter Marinho de Araujo		Deficiência Auditiva	20 de julho/2013
ATE	Andréa Caetano de Araujo	Administrativo	Fevereiro /2013
Equipe de Apoio/Estagiários de Pedagogia			
Maria Karina Gonçalves Silva do Nascimento			
Patrick Teodoro Silva			

**Organograma do CEFAl Campo Limpo
2015**



SETORES

Para a organização junto às unidades escolares, cada PAAI tem um grupo de escola que está sob sua responsabilidade para acompanhar, realizar as itinerâncias e encaminhar as solicitações como Atendimento Educacional Especializado, Iniciação ao Mundo do Trabalho, Atividade de Enriquecimento Curricular, Estagiários e Auxiliar de Vida Escolar, quando necessário.

SETOR	SETOR 1	GISELE	SETOR	SETOR 2	Andressa
EMEF	LORENÇO SPARAPAN		EMEF	AIRTON ARANTES	
	CASARÃO			ANNA SILVEIRA	
	GIANFRANCESCO GUARNIERI			MARIO MOURA	
	PAULO FREIRE			ZACARIAS	
	PERIMETRAL				
	OTONIEL MOTA				
EMEI	BURLE MARX		EMEI	JOAQUIM MANUEL	
	CEU PARAISÓPOLIS			JULITTA	
	PADRE MAURO			CLARICE	
				JD. IBIRAPUERA	
				VILA REMO	
				ALICE	
CEI	CEU PARAISÓPOLIS		CEI	PQ. FIGUEIRA GRANDE	
	JD. SÃO LUIZ I			ROSA MARIA	
	JD. SÃO LUIZ II			VER. JOSÉ DINIZ	
	PQ. SANTO ANTÔNIO				
	GUMERCINDO				
	VILA PRAIA				

SAAI	CEU EMEF PARAISÓPOLIS		SAAI	DE GAULE	
	FRANCISCO REBOLO			M'BOI MIRIM I	
	VEREMUNDO			M'BOI MIRIM II -2	
				PROCÓPIO FERREIRA	
CIEJA					

SETOR CEFAl	SETOR 3	CAROLINE	SETOR CEFAl	SETOR 4	RODRIGO
EMEF	22 DE MARÇO		EMEF	LEVY	
	CEU CASA BLANCA			MAURÍCIO SIMÃO	
	CYRO			PALIMÉRCIO	
	MODESTO			VERA LUCIO FUSCO	
	PAULO COLOMBO				
	ZULMIRA				
EMEI	CEU CASA BLANCA		EMEI	ALAÍDE	
	CATULO			ASSIS	
	MARIO SETTE			CAMPO LIMPO	
	CAMPO LIMPO VI*			CEU CANTOS DO AMANHECER	
				GUIOMAR	
				LUIZ DA CÂMARA	
				MITSUTANI	
				PQ. SANTO ATÔNIO I *	
		ZULEIKA			
CEI	CEU CASA BLANCA		CEI	ALBERTINA	
	CID FRANCO VER.			CEU CAMPO LIMPO	
	JD. REBOUÇAS			CEU CANTOS DO AMANHECER	
	BRYAN BIGUINATTI JD.			JD MACEDÔNIA	
	PQ. REGINA			JD. UMARIZAL	
	JD. CATANDUVA			NATHÁLIA	
				OLGA BENÁRIO	
		PAULO E ADMAR			

SAAI	ADHEMAR		SAAI	CEU CANTOS DO AMANHECER	
	CARLOS DE LAET-2			CAMPO LIMPO I	
	LUIZ TENÓRIO			FAGUNDES	
	MILLOR FERNANDES			HERMES	
				LEONARDO	
				LUIZA HELENA	
		PAULO PATARRA-2			
		SYNESIO			

SETOR CEFAL	SETOR 5	MARINA	SETOR CEFAL	SETOR 6	LUCIMAR
EMEF	MARIO RANGEL		EMEF	MARIA RITA BRAGA	
	ANTONIO ALVES - SG.			JOSÉ OLYMPIO	
	DONATO SUSUMU KIMURA			MARIA RITA- IRMÃ DULCE	
	JOÃO PEDRO			RICARDO VITIELLO	
	M' BOI MIRIM III			JOSÉ FRANCISCO CAVALCANTE - TAJAL	
EMEI	LOREANE LALLO		EMEI	ARACY DE ALMEIDA	
	JARDIM DO REIS			COHAB VALO VELHO	
	ANGENOR DE OLIVEIRA - CARTOLA			DANTE MOREIRA LEITE	
	ANÍSIO TEIXEIRA			DOLORES DURAN	
	FEITIÇO DA VILA			GEORGE SAVALLA- CAREQUINHA	
	CAMPO LIMPO III *			PAULO ZING	
				RUBENS NASCIMENTO-MEXICANO	
		WILMA ALVARENGA			
CEI	CAPÃO REDONDO		CEI	JD TRÊS ESTRELAS	
	COMENDADOR SANTANA *			AIRTON PEREIRA DA SILVA - FREI	
	ELFRIDA ZUKOWSKI			JD DOM JOSÉ	
	FEITIÇO DA VILA			PQ FERNANDA	
	JD DIONÍSIO			PAULO COCHRANE SUPPLY	
	JD GUARUJÁ				
	JD SÃO BENTO VELHO				
	JD SÃO MANOEL				
	PQ NOVO SANTO AMARO				
	TANCREDO DE ALMEIDA NEVES				

SAAI	FEITIÇO DA VILA		SAAI	CAMPO LIMPO II	
	HERBERT DE SOUZA- BETINHO - 2			CAMPO LIMPO III	
	JORGE AMERICANO			EUCLIDES DA CUNHA	
	JOSÉ SARAMAGO - 2			IRACEMA MARQUES DA SILVEIRA	
	TEREZINHA MOTA			THEODOMIRO M. DO AMARAL	

SETOR	SETOR 7 Rita	SETOR	SETOR 8 WALTER
EMEF	PRACINHAS DA FEB	EMEF	BLOTA JR.
	MARIA BERENICE		CHÁCARA SONHO AZUL
	MARIO MARQUES OLIVEIRA		ESTANISLAU
	OLIVEIRA VIANA		PERATUBA
			DEZOITO DO FORTE
EMEI	JANETE CLAIR	EMEI	ASTROGILDA
	DINAH SILVEIRA		CHÁCARA
	GUARAPIRANGA		BARBARA
	JD KAGOHARA		CEU VILA DO SOL
	NORIMAR TEIXEIRA		
	PQ FIGUEIRA GRANDE *		JOANA MITSUE
	SALOMÃO JORGE DEP.		MARIA CLARA
	FRANCISCA JULIA		ORLANDO GAUDIO
	VILA CALU		
CEMEI	*****	CEMEI	PQ DO LAGO
CEI	JARDIM SOUZA	CEI	CEU VILA DO SOL
	PQ SANTA MARGARIDA		COPACABANA
	JD MARIA ALICE		JD NAKAMURA
	GUARAPIRANGA		VILA CALU
	JD KAGOHARA		PERATUBA *
	JD SÃO JOAQUIM		
	JD KLEIN		

SAAI	CAROLINA RENNÓ R. OLIVEIRA - 2	SAAI	CEU EMEF VILA DO SOL
	MARIO FITTIPALDI		TERESA MARGARIDA
			CLEMENTE PASTORE

Plano de Itinerância

Tendo em vista o acompanhamento pedagógico itinerante, a fim de fortalecer as ações na construção da Escola Inclusiva continuaremos o processo de visitas junto às unidades escolares, com o planejamento das ações conforme quadro abaixo:

MESES	AÇÕES NAS UNIDADES SEM PROFESSOR REGENTE DA SALA DE APOIO E ACOMPANHAMENTO À INCLUSÃO
FEVEREIRO /MARÇO	1 - Apresentação dos PAAIs na Unidade Escolar e da proposta de acompanhamento em 2015 referente ao Caso de Ensino a ser discutido em horário coletivo 2 - Encaminhamento dos materiais para a discussão do Caso de Ensino 3 - Levantamento do Público Alvo com dados do Eol 4 - Encaminhamento para Atendimento Educacional Especializado 5 - Inclusão ou Exclusão de alunos no apoio da Auxiliar de Vida Escolar 6 - Encaminhamentos para serviços de Convênio junto à SME - Iniciação ao Mundo do Trabalho ou Atividade de Enriquecimento Curricular
MARÇO/ ABRIL	1 - Participação em Horário Coletivo para uma conversa sobre a consolidação da Educação Inclusiva 2 - Esclarecimento da proposta do Caso de Ensino 3 - Discussão dos materiais enviados sobre o caso de ensino (roteiro, filmagens e outros registros) 4 - Levantamento das possíveis estratégias que favoreçam o processo de aprendizagem
MAIO/ JUNHO	1 - Discussão dos materiais enviados sobre o caso de ensino (roteiro, filmagens e outros registros) 2- Levantamento das possíveis estratégias que favoreçam o processo de aprendizagem
AGOSTO/ SETEMBRO	1 - Replanejamento do Caso de Ensino 2- Conversa em Horário Coletivo
OUTUBRO / NOVEMBRO	1- Avaliação do acompanhamento do Caso de Ensino

MESES	AÇÕES NAS UNIDADES COM PROFESSOR REGENTE DA SALA DE APOIO E ACOMPANHAMENTO À INCLUSÃO
FEVEREIRO / NOVEMBRO	1- Apresentação dos PAAls na Unidade Escolar e da proposta de acompanhamento em 2015 referente aos encontros bimestrais dos professores regentes de SAAI do distrito com convite
	2- Levantamento do Público Alvo com dados do Eol junto a Equipe Gestora e professores regentes de SAAI
	3- Encontros bimestrais com os professores regentes de SAAI e coordenadores pedagógicos
	4- Inclusão ou Exclusão de alunos no apoio da Auxiliar de Vida Escolar
	5- Encaminhamentos para serviços de Convênio junto à SME - Iniciação ao Mundo do Trabalho ou Atividade de Enriquecimento Curricular
	6- Apresentação da proposta de discussão do Caso de Ensino mediado em conjunto com professores

Na busca de capacitar os profissionais envolvidos neste processo, através de reflexões teórico-práticas propomos os cursos descritos abaixo, visando alcançar de maneira ampla os profissionais dos CEI, EMEI e EMEF, na perspectiva da cooperação/colaboração necessária aos envolvidos.

CURSOS OPTATIVOS

Curso	Turmas	Carga horária	Público alvo	vagas
Educação Inclusiva - LIBRAS - módulo I	1 turma	40 horas	Profissionais que atuam em CEI, EMEI, EMEF, CIEJA, CEMEI e CEUs	40
Educação Inclusiva - LIBRAS - módulo II	1 turma	40 horas	Profissionais que atuam em CEI, EMEI, EMEF, CIEJA, CEMEI e CEUs	40
Educação Inclusiva - A importância do Brincar	2 turmas	12 horas	Profissionais que atuam em CEI, EMEI, EMEF, CIEJA, CEMEI e CEUs	80
Educação Inclusiva - Estimulação Essencial	2 turmas	12 horas	Profissionais que atuam em CEI, EMEI, EMEF, CIEJA, CEMEI e CEUs	80

Educação Inclusiva - Altas Habilidades	2 turmas	12 horas	Profissionais que atuam em CEI, EMEI, EMEF, CIEJA, CEMEI e CEUs	80
Educação Inclusiva – Tecnologia Assistiva	2 turmas	12 horas	Profissionais que atuam em CEI, EMEI, EMEF, CIEJA, CEMEI e CEUs	80
Educação Inclusiva - A importância da Equipe Colaborativa	16 turmas	12 horas	Profissionais que atuam em CEI, EMEI, EMEF, CIEJA, CEMEI e CEUs	640
Educação Inclusiva - Comunicação Alternativa	2 turmas	24 horas	Profissionais da Educação Especial	80
Educação Especial - Deficiência Múltipla	2 turmas	24 horas	Profissionais da Educação Especial	80
Educação Inclusiva - Grupo de Trabalho	2 turmas	40 horas	Profissionais da Educação Especial	80

NAAPA: NÚCLEO DE APOIO E ACOMPANHAMENTO PARA A APRENDIZAGEM

PLANO DE AÇÃO

"Mais importante do que prever é adquirir capacidade de adaptação às mudanças. É adotar novas atitudes. É mudar a visão de mundo."

José Paulo Silveira.

Introdução

A elaboração deste documento se fundamenta na orientação legal proposta na Portaria nº 6.566, de 24 de novembro de 2014 que dispõe sobre a implantação e implementação do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem – NAAPA, na Diretoria Regional de Educação de Campo Limpo – DRE CL, vinculado à Diretoria de Orientação Técnico-Pedagógicas – DOT-P.

Evidencia a preocupação dos profissionais que compõem o Núcleo em se propor a estudar, planejar e efetivar as ações de um serviço que está sendo implementado em nossa DRE, considerando as diretrizes da Política Educacional da Secretaria Municipal de Educação, com foco na Gestão Pedagógica, no acesso e permanência do educando na Educação Básica e na melhoria da qualidade de ensino.

Justificativa

O trabalho desenvolvido pelo Núcleo Multidisciplinar–NMD, em apoio ao Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão-CEFAI, nas treze DREs do Município de São Paulo, com serviços conveniados nos termos da Portaria SME nº 5.594, demonstrou receber demanda superior a 50% de educandos encaminhados com outras questões que não as específicas da Educação Especial. Este atendimento é vinculado à Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina-SPDM, por meio do Projeto REDE, que contrata e capacita os profissionais que compõem o referido Núcleo: um Assistente Social, um Psicólogo e um Fonoaudiólogo.

O NAAPA foi criado com a intencionalidade de atender a demanda desses educandos, identificados pelo Núcleo Multidisciplinar, com problemas na escolarização, vulnerabilidade social, entre outros, e a necessidade de melhorar os resultados das aprendizagens na Rede Municipal de Educação, promovendo uma escola na qual todos e todas aprendam. Cada Diretoria Regional de Educação manterá um NAAPA composto por:

- ❖ 1 Coordenador;
- ❖ 1 Assistente Social;
- ❖ 2 Psicólogos;
- ❖ 2 Psicopedagogos;
- ❖ 1 Auxiliar Técnico de Educação.

Objetivos

I- articular e fortalecer a Rede de Proteção Social no(s) território(s);

II- apoiar e acompanhar as equipes docentes e gestoras no processo de ensino-aprendizagem dos educandos que apresentam dificuldades no processo de escolarização, decorrentes de suas condições individuais, familiares ou sociais que impliquem em prejuízo significativo no processo de ensino-aprendizagem;

III – realizar, no NAAPA, avaliação multidisciplinar aos educandos, mediante análise da solicitação da Equipe Gestora.

Bases Legais

Para iniciar a elaboração deste plano foi necessária leitura, comentários, levantamento de dúvidas e discussões das seguintes legislações:

Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Decreto nº 45.415 de 18 de outubro de 2004, que estabelece diretrizes para a Política de Atendimento às Crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos com Necessidades Educacionais Especiais no Sistema Municipal de Ensino;

Decreto nº 51.778, de 14 de setembro de 2010, que institui a Política de Atendimento de Educação Especial, por meio do Programa Incluir;

Portaria nº 5594, de 28 de novembro de 2011, que especifica as competências dos profissionais envolvidos no Projeto Rede, integrante do Programa Incluir, instituído pelo Decreto nº 51.778, de 14/09/10 e dá outras providências;

Decreto nº 54.452 de 10 de outubro de 2013, que institui o “Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino – Mais Educação São Paulo”;

Portaria SME nº 5.930, de 14 de outubro de 2013, que regulamenta o Decreto nº 54.452, de 10 de outubro de 2013;

Orientação Normativa SME nº 01, de 02 de dezembro de 2013, que promove orientações sobre a “Avaliação na Educação Infantil – Aprimorando Olhares”;

Lei Municipal nº 15.719, de 24 de abril de 2013, que dispõe sobre a implantação de assistência psicopedagógica em toda a Rede Municipal de Ensino, com o objetivo de diagnosticar, intervir e prevenir problemas de aprendizagem tendo como enfoque o educando e as instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Lei nº Municipal 15.960, de 08 de janeiro de 2014, que institui o serviço de Assistência Psicológica ao Estudante na Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências;

Decreto nº 54.769, de 17 de janeiro de 2014, que regulamenta a Lei nº 15.719, de 24 de abril de 2013;

Decreto nº 55.309, de 17 de julho de 2014, que regulamenta a Lei nº 15.960, de 08 de janeiro de 2014;

Portaria nº 6.566, de 24 de novembro de 2014 que dispõe sobre a implantação e implementação do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem- NAAPA, nas Diretorias Regionais de Educação da Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

Lançamento NAAPA na DRE Campo Limpo

Data: 25 de março de 2015

Local: CEU Casa Blanca

Horário: 8h00 às 12h00

Programação prevista:

- ❖ Recepção com café;
- ❖ Evento cultural com educandos da DRE
- ❖ Secretária Adjunta, Diretor Regional de Educação, Coordenadora do NAAPA SME, Coordenadora do NAAPA DRE;
- ❖ Representantes locais: CRAS, CREAS, CAPS, UBS, Conselheiro Tutelar, Serviço de Acolhimento, entre outros.
- ❖ Uma palestra com os temas do NAAPA e outra palestra ou relato de um gestor (a) ou docente sobre práticas pedagógicas inclusivas.
- ❖ Reflexões com o público.

Planos de formação com a equipe NAAPA

I - O Projeto de implantação e implementação do Núcleo prevê uma formação inicial para as equipes da DRE, que compõem o NAAPA, e um Professor de Apoio e Acompanhamento à Inclusão-PAAI.

Com previsão de início na primeira semana de março de 2015, das 8h00 às 17h00, a formação terá duração de 80 horas e os encontros acontecerão no Instituto Mauá de Tecnologia, situado na Rua Pedro de Toledo, 1071, Vila Clementino.

Programação do conteúdo na primeira semana, de 02/03/2015 à 06/03/2015:

- ❖ Concepções de Aprendizagem, Desenvolvimento e Problemas de Escolarização;
- ❖ Rede de Proteção Social - Parte I: Políticas Públicas, Intersetorialidade e Rede de Proteção Social;
- ❖ Educação e/em Direitos Humanos
- ❖ Problemas de Escolarização – uma leitura a partir das questões etnicorraciais.

- ❖ Programação do conteúdo na segunda semana, de 09/03/2015 à 13/03/2015:
- ❖ Dislexia do Desenvolvimento, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Transtorno Opositor de Desenvolvimento e outros transtornos;
- ❖ Problemas de escolarização – uma leitura a partir das questões de sexualidade e gênero;
- ❖ Problemas de escolarização – uma leitura a partir da saúde mental infanto-juvenil;
- ❖ Problemas de escolarização – uma leitura a partir dos fenômenos da linguagem;
- ❖ Mal estar na educação;
- ❖ Casos difíceis e a escolarização: um desafio para educadores;
- ❖ Estratégias de ações do NAAPA.

II- Formação com grupos de Estudo NAAPA-SME previsto para todas as primeiras quartas-feiras do mês, durante o ano de 2015.

Temas propostos para cada mês:

- ❖ Abril
 - a. A atenção educacional a estudantes com diagnóstico de transtorno da aprendizagem e do comportamento;
 - b. Definição dos critérios para os estudos de caso e definição do cronograma de debates específicos;
 - c. Estudo de casos: o coordenador (a) será indicado a partir das especificidades da situação em estudo.
- ❖ Maio
 - a. A atenção educacional a estudantes com diagnóstico de transtornos mentais;
 - b. Estudo de casos: o coordenador (a) será indicado a partir das especificidades da situação em estudo.
- ❖ Junho

- a. Crianças e adolescentes vítimas de violência – A importância da escola;
- b. Estudo de casos: o coordenador (a) será indicado a partir das especificidades da situação em estudo.
- ❖ Julho
 - a. Avaliação do percurso formativo e replanejamento das atividades.
- ❖ Agosto
 - a. Rede de Proteção Social
 - b. Estudo de casos: o coordenador (a) será indicado a partir das especificidades da situação em estudo.
- ❖ Setembro
 - a. A escola na atualidade e a produção das doenças do “não aprender”;
 - b. Estudo de casos: o coordenador (a) será indicado a partir das especificidades da situação em estudo.
- ❖ Outubro
 - a. Potencialização de ações educativas – a construção de laços comunitários;
 - b. Estudo de casos: o coordenador (a) será indicado a partir das especificidades da situação em estudo.
- ❖ Novembro
 - c. Potencialização de ações educativas – sobre estudantes, protagonismo e corresponsabilização pelo processo ensino-aprendizagem;
 - d. Estudo de casos: o coordenador (a) será indicado a partir das especificidades da situação em estudo;
- ❖ Dezembro
 - a. Avaliação dos percursos de cada NAAPA e proposições para 2016.

III- Formação: Grupos de Estudo de Caso – NAAPA-DRE.

- ❖ **Público-alvo:** Equipe do NAAPA da DRE; profissionais da DRE e comunidade escolar (máximo 25 pessoas);
- ❖ **Período previsto:** de abril a dezembro de 2015, duas vezes ao mês;
- ❖ **Horário:** das 8h00 às 12h00

❖ **Local:** DRE.

Proposta de trabalho a ser desenvolvida com a equipe do NAAPA na DRE Campo Limpo

O NAAPA é composto por uma equipe multidisciplinar constituída pelos profissionais integrantes da carreira do Magistério Municipal em parceria com os profissionais contratados por meio do convênio firmado com a Secretaria Municipal de Educação, SPDM.

O serviço do NAAPA, como prevê o § 1º do Artigo 1º da portaria nº 6.566, de 24/11/2014, não se caracterizará como atendimento terapêutico, tanto nas Unidades Educacionais quanto nas DREs.

A prioridade de atendimento do Núcleo, em implementação neste ano de 2015, será desenvolver um trabalho, inicialmente, junto às Unidades de Ensino Fundamental, EJA e CIEJA. Diante da necessidade de apoio e acompanhamento, a equipe do NAAPA fará um estudo dos casos apresentados, junto à equipe escolar, com a intenção de potencializar as práticas pedagógicas e, se necessário, de articulação com os serviços da Rede de Proteção Social.

Os serviços do NAAPA serão organizados e desenvolvidos, junto às Unidades Educacionais, considerando o Projeto Político-Pedagógico; a visão de currículo como construção sócio-histórico-cultural e instrumento privilegiado da constituição de identidades e subjetividades, com a participação intensa da Comunidade Educativa; a cultura da escola, gestão escolar, acompanhamento e organização de práticas que reconheçam, considerem, respeitem e valorizem a diversidade humana e as diferentes maneiras e tempos para aprender.

As ações formativas serão realizadas em consonância com o Projeto Político Pedagógico da DRE CL e articuladas com os Grupos Focais de Integração Curricular.

O planejamento das ações deve favorecer a interlocução com os diferentes setores da DRE, em especial, DOT-P, CEFAL, Supervisão Escolar, Programas Especiais, entidades parceiras e comunidade escolar, bem como com os serviços de Saúde, da Assistência Social, dos Direitos Humanos, do Judiciário, dentre outros.

A equipe no NAAPA fará um mapeamento do território com o objetivo de articular e fortalecer a Rede de Proteção Social, visando à integralidade de atendimentos, participando e/ou organizando reuniões intersetoriais junto aos serviços públicos:

❖ Centro de Referência de Assistência Social-CRAS;

- ❖ Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS;
- ❖ Centro da Criança e Adolescente-CCA e Centro da Juventude-CJ;
- ❖ Centro de Atenção Psicossocial-CAPS
- ❖ Centro de Atenção Psicossocial Infantil-CAPSi
- ❖ Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
- ❖ Unidade Básica de Saúde-UBS
- ❖ Núcleos de Apoio à Saúde da Família-NASF
- ❖ Conselho Tutelar
- ❖ Vara da Infância e Juventude
- ❖ Abrigos
- ❖ Clube da cidade
- ❖ SAICA, entre outros.

As reuniões mensais com a Rede Intersetorial, Multientidades, Fóruns de Saúde Mental, entre outras ações, em alguns momentos serão feitas por representação. Todas as ações serão registradas em um Termo de Trabalho, e as informações compartilhadas com toda a Equipe nas reuniões do Núcleo.

Toda a quinta-feira de cada mês no período da tarde, a equipe estará reunida com o objetivo de compartilhar ações e práticas de estudos. Na última quinta-feira do mês o estudo será entre DOT, CEFAL e NAAPA.

A partir do lançamento do NAAPA na DRE Campo Limpo, terão início às ações de itinerância. O objetivo do Núcleo será visitar todas as Unidades de Ensino Fundamental com a proposta de apresentação e com a escuta conhecer o perfil da unidade quanto às necessidades de apoio para o desenvolvimento do trabalho, bem como realizar esclarecimentos acerca das ações que a Unidade já estabelece com as redes de proteção do território.

Na visita de apresentação será informada à equipe gestora a prioridade para o atendimento nas Unidades de Ensino Fundamental e, baseados no cruzamento de dados discutidos em âmbito de SME, as Unidades que terão um atendimento mais pontual. Será orientado o fluxo das solicitações que ainda acontecem via CEFAL e os casos que devem ser solicitados diretamente ao NAAPA através de um memorando com TID.

Ao receber o memorando da unidade escolar com o pedido de acompanhamento a equipe fará uma análise. Um relatório mais detalhado será solicitado à equipe gestora sempre que houver necessidade. O atendimento poderá ser proposto respeitando a prioridade já estabelecida ou a intervenção deverá ser planejada, de acordo com a

gravidade de cada caso por meio de um conjunto de ações articulados com família, comunidade escolar, rede de apoio e proteção social, entre outros.

As itinerâncias, a participação nos fóruns e reuniões com as RAPS, tem favorecido o planejamento de estratégias pedagógicas que vão ao encontro das demandas da rede e serão ampliadas no segundo semestre de 2015, de maneira a envolver o maior número de profissionais.

PLANO DE METAS 2015

Gestor do Plano de trabalho: Alexandre Ferreira Cordeiro

1 - Nome da Ação: Problematizando o currículo na escola: tecituras entre intencionalidades e ações

Tipo da Ação: (X) Projeto () Processo

Responsáveis pela Ação: Marilu Santos Cardoso

Objetivo a ser atingido: Ao final de 2015, todas as unidades escolares da DRE Campo Limpo terão discutido e problematizado as intencionalidades descritas em seus Projetos Políticos Pedagógicos bem como as ações por ele determinadas, observando como se dão as relações de construção de conhecimento na escola e os resultados originados por essas.

Público alvo: Equipe da DRE Campo Limpo, Unidades Educacionais e Comunidade Escolar.

Justificativa para a Ação: A implementação do Programa Mais Educação São Paulo requer o comprometimento das Unidades Educacionais, bem como desta DRE, com a Qualidade Social da Educação Pública que se relaciona com a constituição de um currículo coerente com intencionalidades articuladas às realidades locais.

Cronograma (etapas e período de execução):

- Constituição da Carta de Intencionalidades da DRE e das Unidades Escolares;
- Cursos optativos em diferentes áreas do conhecimento refletindo sobre as diferentes possibilidades de construção do mesmo;
- Grupo de trabalho de Coordenadores Pedagógicos integrando CEIs, EMEIs, EMEFs e CIEJA;
- Grupos de Trabalho por Ciclos e Modalidades pautados em trocas de experiências e aprofundamento dos referenciais teóricos que embasam cada um dos ciclos.

Meta ou indicador a ser alcançado no final do ciclo da avaliação:

Envolver 100% das Unidades de Ensino Fundamental desta DRE nos tempos e espaços de estudo sobre o currículo nas escolas.

2. Nome da Ação: Construindo possibilidades de um currículo integrador

Tipo da Ação: (X) Projeto () Processo

Responsáveis pela Ação: Marilu Santos Cardoso

OBJETIVOS: ao final de 2015 as unidades de educação infantil e ensino fundamental apresentarão avanços no que tange a reflexão, problematização e construção ao que se refere à efetivação de um currículo integrador. Um currículo que leve em conta e propicie que as crianças vivam suas infâncias também no espaço escolar; que garanta o desenvolvimento integral e aprendizagem; viabilizem as culturas de pares infantis e que compreendendo a função social da escrita, possibilite sua utilização como instrumento da cultura que permite a comunicação e o registro da expressão e do conhecimento. Enfim, um currículo que propõe integrar: vida, cultura, cidade e escola, experiência e aprendizagem.

PÚBLICO ALVO: Equipe da DRE Campo Limpo, Unidades Educacionais e Comunidade Escolar.

JUSTIFICATIVA PARA A AÇÃO: As Unidades Educacionais de Educação Infantil e do Ensino fundamental em especial os ciclos de alfabetização da DRE Campo Limpo, encontram-se em diálogo com o Programa Mais Educação São Paulo, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, com a Orientação Normativa nº01/013 e na construção de um currículo integrador proposto pelo SME/DOT Educação Infantil e Ensino Fundamental, deste modo se faz necessário à constituição de espaços de diálogos e o desenvolvimento de ações de apoio e acompanhamento quanto aos processos de integração curricular. Ações que tenham como princípio: pensar a educação infantil e ensino fundamental sem rupturas, considerando que a infância vai até 12 anos; considere que as infâncias são singulares e múltiplas; que considere a Educação em consonância com as experiências vividas e os conhecimentos socialmente construídos; considere a brincadeira como uma linguagem da infância e deste modo que as propostas pedagógicas integrem corpo e mente; que propicie o encontro, a escuta, observação e o diálogo entre os adultos e as crianças rompendo com qualquer dominação etária, religiosa, étnica-racial, gênero, socioeconômica e cultural.

Cronograma (etapas e período de execução):

- Grupo de estudos para coordenadores pedagógicos que atuam na educação infantil e nos ciclos de alfabetização
- Encontros conjuntos na perspectiva de articular Educação Infantil e Ensino Fundamental para que a transição não seja uma ruptura, mas um momento positivo de continuidade do Processo ensino-aprendizagem elaborado para os alunos desta DRE.
- Cursos optativos em diferentes áreas do conhecimento, com ênfase na articulação entre EMEI/EMEF;
- Cursos optativos para professoras(es) com diversos enfoques no âmbito da Educação Infantil e ciclo de alfabetização;

Meta ou indicador a ser alcançado no final do ciclo da avaliação:

Envolver 100% das Unidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental desta DRE nas reflexões acerca da construção e consolidação do currículo integrador.

3 - Nome da Ação: Garantir e acompanhar a aplicação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que alteraram a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional.

Tipo da Ação: () Projeto (X) Processo

Responsáveis pela Ação: Marilu Santos Cardoso

Objetivo a ser atingido: Ampliar os espaços de debate e formação específica e garantir o cumprimento das Leis 10.639/03 e 11.645. Constituir em Campo Limpo possibilidades e lutas que visem à promoção da igualdade racial da Educação Infantil até a EJA.

Público alvo: Equipe da DRE Campo Limpo, Unidades Educacionais e Comunidade Escolar.

Justificativa para a Ação: Assim como a cidade de São Paulo, a região que compreende a DRE Campo Limpo apresenta índices gravíssimos de ações discriminatórias que demonstram a presença nociva de desigualdade racial, dentro e fora das Unidades Educacionais, muitas vezes encobertos pelo mito da democracia racial amplamente divulgado em nosso país.

Cronograma (etapas e período de execução):

- Fortalecer o Grupo de Trabalho Étnico-Racial (GT Étnico Racial), que é formado por 100 educadores de todas as modalidades de ensino da DRE-CL e tem como principal objetivo, ampliar os conhecimentos e fazer com que as

Unidades Educacionais se atentem à necessidade de inserir as questões étnico-raciais no currículo escolar para combater o racismo;

- Potencializar as ações dos 11 agrupamentos constituídos por região;
- Estabelecer processo de formação em Polos pautado nos seguintes pontos:
 - ✓ Elaborar, desenvolver e refletir sobre as sequências didáticas relacionadas à temática étnico-racial;
 - ✓ Favorecer formação em polo, buscando atender o maior número de pessoas possível;
 - ✓ Reconstruir positivamente a imagem histórica da população brasileira;
 - ✓ Assumir uma postura crítica na seleção e produção de materiais e recursos;
 - ✓ Produção de material que desconstrua a ideia de África como “Safári” e “Selva”;
 - ✓ Reunir material (bibliografia, filmes, documentários) para estudo e formação dos professores em Horário Coletivo;
 - ✓ Pensar em modos de trabalhar em sala de aula com os conceitos que serão discutidos, em todas as modalidades;
 - ✓ Ampliar os conhecimentos e fazer com que as demais escolas percebam a necessidade de trabalhar as questões étnico-raciais;
 - ✓ Promover: seminários, Cine Clube e Cine Diversidade, Mostras Culturais, saraus e rádio comunitária.

Meta ou indicador a ser alcançado no final do ciclo da avaliação:

Envolver 100% das Unidades Educacionais e equipamentos da educação na DRE-CL em as ações formativas de combate ao racismo.

4 - Nome da Ação: Construindo o conhecimento ao longo da vida

Tipo da ação: (x) projeto () processo

Responsáveis pela Ação: Marilu Santos Cardoso

Objetivo a ser atingido: Em 2015, construir referenciais específicos para as diferentes modalidades de Educação de Jovens e Adultos, bem como constituir uma rede de proteção aos alunos e alunas jovens da EJA que estão inseridos no território da DRE Campo Limpo através de parcerias.

PÚBLICO ALVO: Equipe da DRE Campo Limpo, Unidades Educacionais e Comunidade Escolar.

JUSTIFICATIVA PARA A AÇÃO: Em consonância com o “Programa Mais Educação de São Paulo” (nota técnica nº 08 e nº 22), com a meta 07 do “Programa de Metas da Cidade de São Paulo 2013-2016”, com as concepções da EJA e sua carta de princípios, com o PPP da DRE – Campo Limpo e da Carta de Intenções da DOT-P de 2015 o Grupo Focal “Construção do Conhecimento ao Longo da Vida” buscamos uma construção coletiva das especificidades da EJA, nas diferentes formas de atendimentos na DRE Campo Limpo. No âmbito desta diversidade de jovens e adultos, em seus interesses, particularidades, culturas, na busca da troca de experiências significativas entre essas gerações. Nessas trocas de experiências, o desenvolvimento da aprendizagem se constitui na EJA através de uma busca pela construção do conhecimento, em um aprendizado mútuo, pensando e refletindo em circunstâncias que os educandos e educandas da EJA possuem um saber que foi constituído através da vida, de experiências, de vivências e culturas locais. Os educandos e educandas nesta modalidade são sujeitos de um processo histórico de exclusão educacional, razões diversas de necessidades de deixar os estudos por questões sócio-econômicas, falta de escolas nas regiões onde nasceram e cresceram, condições de machismo na família e até mesmo, o fracasso escolar, reduzindo-os a uma condição de sujeitos subalternizados (SPIVAK, 2014). Sendo assim, a proposta de construções das seguintes intencionalidades, serão dados em encontros de planejamento, que envolverão a equipe de DOT-P da DRE-CL, as coordenadoras e coordenadores, as educadoras e educadores da EJA, garantindo um processo de educação permanente, de modo a acompanhar a prática no processo educativo de forma participativa, ativa e crítica.

CRONOGRAMA:

- Promoção de diálogos entre as escolas e as diferentes culturas produzidas na periferia;
- Realização de reuniões periódicas com os(as) coordenadores(as) pedagógicos(as) de EJA;
- Realização de Seminários semestrais para a socialização das práticas;
- Criação de um momento de formação horizontal entre educadores e educandos em contato com as práticas culturais da periferia, com olhares das especificidades da zona sul.

- Realização de Cursos Optativos no primeiro semestre e segundo semestre, tratando do histórico da EJA no Brasil, Práticas de Educação Popular nos Movimentos Sociais e Juvenilização da EJA.

META OU INDICADOR A SER ALCANÇADO NO FINAL DO CICLO DA AVALIAÇÃO:

Envolver 100% das Unidades que atendem as diferentes modalidades de Educação de Jovens e Adultos nas ações de formação citadas.

5. Nome da Ação: Ampliação de vagas na Educação Infantil.

Tipo da Ação: () Projeto (X) Processo

Responsáveis pela Ação: Cecília de Lourdes Carolino Menna (R.F.620.756.1/1)

Objetivo a ser atingido: Ampliar a oferta de vagas para a educação infantil, buscando a universalização do atendimento em pré-escola para crianças de 04 a 05 anos e o atendimento da demanda de crianças de 0 a 03 anos declarada em 01/01/2015.

Público alvo: Equipe da DRE Campo Limpo, U.E. e Comunidade Escolar.

Justificativa para o desenvolvimento da ação: A região da DRE - Campo Limpo tem 47.937 alunos matriculados na Educação Infantil, sendo 21.986 em CEI e 25.951 em EMEI. A demanda cadastrada é de 27.193, sendo 24.279 para os CEI e 2.914 para EMEI. Há necessidade de ampliação do número de vagas para atendimento à demanda cadastrada.

Cronograma contendo as etapas e/ou período de execução das mesmas:

- Levantamento de terrenos para a construção de Centros de Educação Infantil: de fevereiro a dezembro/2015;
- Acompanhamento das obras de construções de CEI / EMEI e implementação do seu funcionamento: de fevereiro a dezembro/2015;
- Celebração / aditamento de novos convênios: de fevereiro a dezembro/2015.

Meta ou indicador a ser alcançado no final do ciclo da avaliação:

Ampliar em 5% a oferta de vagas para crianças de 0 a 03 anos nos CEIs e atender 70% da demanda cadastrada de crianças de 04 a 05 anos nas EMEIs.

SERVIDORES

Os atuais 9761 funcionários das Unidades Educacionais da DRE Campo Limpo estão distribuídos conforme a tabela:

Cargo	Total
AGENTE DE APOIO - NIVEL I	154
AGENTE DE APOIO - NIVEL II	96
AGENTE ESCOLAR	426
ASSIST.DE SUPORTE TECNICO-N.I	1
ASSIST.GESTAO POLITICAS PUBLICAS-N.I	6
ASSIST.TECNICO DE EDUCACAO I	60
ASSISTENTE DE DIRETOR DE ESCOLA	230
ASSISTENTE TECNICO EDUCACIONAL	7
ASSISTENTE TECNICO I	14
ASSISTENTE TECNICO II	5
AUX.TECNICO SAUDE - NIVEL I	1
AUX.TECNICO SAUDE - NIVEL II	3
AUXILIAR ADM. DE ENSINO	13
AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	30
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	2
AUXILIAR DE SECRETARIA	19
AUXILIAR TECNICO DE EDUCACAO	722
COORDENADOR DE ACAO CULTURAL	8
COORDENADOR DE ACAO EDUCACIONAL	8
COORDENADOR DE ESPORTES E LAZER	7
COORDENADOR DE PROJETOS	45
COORDENADOR PEDAGOGICO	239
DIRETOR DE DIVISÃO TECNICA	2
DIRETOR DE ESCOLA	173
DIRETOR DE ORIENTACAO TECNICA	1
DIRETOR REGIONAL DE EDUCAÇÃO	1
ESP.INF.TEC.CULT.DESP.-BIBLIOTECA	13
ESP.INF.TEC.CULT.DESP.-ED.FISICA	48
GESTOR DE CENTRO EDUCACIONAL UNIFICADO	8
INSPETOR DE ALUNOS	33
PROF.1.GRAU NIVEL II	31
PROF.DE BANDAS E FANFARRAS	4
PROF.DE ED.INFANTIL	1418
PROF.ED.INF.E ENS.FUND.I	3434
PROF.ENS.FUND.II E MED.-CIENCIAS	255
PROF.ENS.FUND.II E MED.-ED.ARTISTICA	225
PROF.ENS.FUND.II E MED.-ED.FISICA	303

PROF.ENS.FUND.II E MED.-GEOGRAFIA	257
PROF.ENS.FUND.II E MED.-HISTORIA	289
PROF.ENS.FUND.II E MED.-INGLES	232
PROF.ENS.FUND.II E MED.-MATEMATICA	384
PROF.ENS.FUND.II E MED.-PORTUGUES	360
PROF.SUBST.DE 1.GR. NIVEL I	76
PROF.SUBST.DE EDUCACAO INFANTIL	5
PROF.TITULAR DE EDUCACAO INFANTIL	3
PROF.TITULAR DE ENS.FUND.I	2
SECRETARIO DE ESCOLA	75
SUPERVISOR ESCOLAR	32
SUPERVISOR TECNICO II	1

Fonte EOL, 04/05/15

Os Servidores que atuam na DRE Campo Limpo são:

Diretor Regional de Educação	Alexandre Ferreira Cordeiro
Diretora de DOT P	Marilu Santos Cardoso
Diretora de Planejamento	Cecília de Lourdes Carolino Menna
Diretora de Programas Especiais	Zuleide Antonia Risso
Supervisora Técnica	Maria de Fátima Lordelo Lopes

Almoxarifado	
Marcos Beserra da Silva - Coordenador de Setor	
Alexandre Revet de Lima	
Jose Adolfo dos Santos	
Mario Francelino de Souza	
Vanderli Vieira Machado	
Wanderley Francisco Virgilio	
Bens Patrimoniais	
Iran Fernandes Menezes	
Patricia Fonseca Felice	
Convênios	
Vagner Valeiro Ramos - Coordenador de Setor	
Andrea Andrade Coelho	
Cecilia Naomi Fucazu Watanabe	
Luciana Bosco Fernandes	
Maria do Carmo Maciel	
Mariluce Souza Costa	
Monica Falco Sameshima de Freitas	
Paulo Vitor de Souza	
Ricardo Beserra Santos	
Rubens Aiala Moleiro	

Demanda Escolar
Camila Amorim Ramos da Silva - Coordenadora de Setor
Cynthia Bustamante Gonçalves
Devaldo Carlos de Lima
Francisca Elenira Abreu Leite
Giuliana Bernardinelli Pereira
Jadson dos Santos
Jocilene Apolinario da Silva
Jorge Antonio Garrido Esteche
Maria Vicentina Bebiano
Mariza Ferreira dos Santos
Mauricio Franca Alves
Renato Silveira
Rogério Gomes Ribeiro
Expediente
Edison Rodrigues de Oliveira - Coordenador de Setor
Ana Maria Lino de Santana
Deise de Camargo
Maria do Socorro Silva
Leandro Marques - Estagiário
Silvia Aparecida Moreira
Silvia Maria Almeida da Silva
Gabinete - Assessoria
Leontina Demogenes Roque
Renata Pinheiro
Silane Lopes dos Santos
Financeiro - compras
Regina Aparecida Sabino - Coordenador de Setor
Cirlei Bonacasada de Andrade
Claudia Alexandra de Oliveira
Ione Braga de Oliveira
Monica Irene Guidi Xavier
Sandra de Carvalho Siqueira
Sueli dos Santos
Vera Lucia Alves - Contadora
Financeiro - verbas
Angela Cristina Petrarca Burmann– Coordenador de Setor
Bruna Aloia
Helio dos Santos
Maria Jose de Oliveira
Regina Celia de Almeida
Rosana Bastos
Vania Figueiredo de Almeida Santana
Informações Gerenciais
Patricia Lacerda - Coordenadora de Setor
Cristina Barroco Massei Fernandes - Coord de Informática Educativa

Daniela Gonçalves Dias Rodrigues
Maria da Glória Marreiro de Souza
Paulo Alves Barbosa
Wilson Santana Simões
Assessoria Jurídica
João Silveira Silva Junior - Advogado
Maria da Penha Freitas
Assessoria de Comunicação
Alana Jana Marcon M de Barros - Estagiária
Planejamento
Cecília de Lourdes Carolino Menna - Diretora
Carlos Alberto Calil
Luciana Escobar Maiuri
Prédios e Equipamentos
Galbas Gomes dos Santos - Coordenador de Setor
Demetrius Saraiva Gomes
Gildo Ribeiro de Castro
Helio Gomes Xavier
Juscelino Ribeiro de Moura - Engenheiro
Maria das Graças Ferreira Castanheda Monteiro
Programas Especiais
Zuleide Antonia Risso - Diretora
Andrea Pignataro Assis Themiski
Daisy de Souza Beleza
Larissa Roberta Furtoso da Silva
Luiz Carlos de Souza
Magaly Erdei Braga Tavares - Cogestora da Merenda
Maria Cristina Souza Melo Gregorio
Rosangela da Silva Bastos
Vai e Volta
Patricia Rodrigues de Oliveira - Coordenadora de Setor
Sandra Aparecida Meccatti Leite
Vida Escolar / Escolas Particulares
Ariane Custódio dos Santos Gianini - Coordenadora de Setor
Rita de Cássia de Felice
Silvia Regina de Assis
Silene Aniceto da Silva - Estagiária
DOT P
Marilu Santos Cardoso - Diretora
Adriana de Andrade Pozzi
Antonio Cesar Passador
Carolina de Paula Teles Duarte
Edineia Andrade de Oliveira
Edson Shirata
Elenita Santana De Almeida
Elza de Lima Ferrari

Fabiana Duarte
Fanilza Alves Brandão de Almeida
Flavia Viana de Oliveira
Maria Lucia Lopes do Prado
Robson Martins de Oliveira
Xisto Alves Dos Santos
CEFAI
Alex Emidio da Silva
Ana Lucia Abe
Andressa Batista dos Santos
Caroline Gomes de Oliveira Vasconcelos
Cintya Rebouças Passos Augusto
Daniela Cristina Paroni dos Santos
Gildezio Bispo de Araujo
Gisele da Silva Guimarães
João Carlos Pereira dos Santos
Lucimar Ribeiro dos Santos
Marcos Rodrigo Lovem da Rosa
Marina Matias de Menezes
Rita de Cassia Tenorio de Oliveira
Solange Heredia das Neves Carvalho
Walter Marinho de Araujo
NAAPA
Laura Rosa Ribeiro Mendes - Coordenadora
Danielle Alves Parussi
Denise Gomes Perez
Giovana Maria Batista da Silva
Paulo Jose Cavalcante
Recursos Humanos
Heloisa Felicia Pires Valadares - Coordenadora de Setor
Ana Claudia Pereira Cassiano Fortino
Artur de Oliveira Torres
Cleuza Iara Manhoso Alves
Elisabeth Francisca da Silva
Evandro Alves de Farias
Gisele Firmino Ricardo
Jose Benedito Tadeu Danelon Duarte
Lazara Ivete Ferreira
Lilian Palmarina Bechelli
Luana Lillian Vieira
Maria Aparecida Brito
Maria de Fatima Noel Cruz Hernandez
Maria Ester de Camargo
Maria Jose de Meneses
Marilis Custodia Mariano da Silva
Miriam Oliveira Campos

Myrian de Rezende Martins
Nanci Yoko Morimoto de Oliveira
Nilma Aparecida Callegari
Rejiane Vilar do Nascimento
Santilha Maria de Araujo Barbosa
Silvia Ines Tieppo
Supervisão Escolar
Ivoni de Andrade Goes Terraz - Apoio de Supervisão
Adil Pereira Tavares
Antonia Aparecida Pedro
Aparecida Vita Bacetti
Cecilia Regina Carlini Ferreira Coelho
Claudia Luiz
Claudia Regina Guimaraes da Silva Santos
Clelio Souza Marcondes
Clezio Gauglitz
Cristina Aparecida Rodrigues do Aguiar
Darci Terezinha de Luca Scavone
Eliana Cristina Vantim
Eliane Rodrigues dos Santos Souza
Glauce Monica de Jesus Vieira
Jane Toledo Nousiainen
Jose Roberto Silverio
Katia Cristina Sifronio da Silva
Maria Cristina da Silva Gomes
Maria da Conceição Leopoldina
Maristela Lucia Tosetti Vieira
Maristella Santos Martins
Monica Pires Hirata
Nancy Kfour
Nereide Rodrigues Saturnino (em substituição)
Rita de Cassia Geraldi Menegon
Rosangela Gorete da Rocha
Roseli Helena de Sousa Salgado
Rozane Guilhem
Sabina Pereira da Silva Pontes
Selma Goreth Jurça
Simone Souza Santos
Tania Cristina da Silva Boreto
Terezinha de Jesus Souza
Tsutomu Nishimoto
Veralucia Florencio de Meneses
Vilma Lucia Miguelk Custodio
Virginia Grace Martins de Oliveira

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONACCI, Maria Antonieta, Memórias ancoradas em corpos negros. São Paulo: EDUC, 2013.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre a Literatura e História da Cultura: São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

BOSI, Alfredo. Cultura Brasileira: temas e situações. SP: ed. Ática, 1987.

BHABHA, Homi K. (2012). "A iminência das poéticas". In: Entrevista concedida à 30ª Bienal de São Paulo. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=ym2dPYqlvmA>> . Acesso em março de 2013.

_____ (1998). "O pós-colonial e o pós-moderno. A questão da agência". In: _____. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas. SP: Cortez, 1989.

FANON, Frantz (1961). "Guerra colonial e transtornos mentais". In: _____. Os condenados da terra. México: Fondo de Cultura Econômica, pp.211-38.

FENELON, Dea Ribeiro. Trabalho Cultura e História Social: Perspectivas de Investigação in Projeto História Nº4, 1985.

FREIRE, Paulo, (1980). Conscientização – Teoria e Prática da Libertação. 3ª edição. São Paulo, Editora Moraes.

_____, (1995). Professora sim, tia não – Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo, Cortez.

_____, (1996). Pedagogia do oprimido. 23ª reimpressão. São Paulo, Editora Paz e Terra.

_____, (1999). Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 6ª edição. São Paulo, Paz e Terra.

_____, (2001). Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 17ª edição. São Paulo, Paz e Terra.

GRAMSCI, Antonio (1955). Concepção dialética da História (10ª ed.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

HALL, Stuart (2009). "Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite". In: _____. (Org.). Liv Sovik. Da diáspora. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp.95-120.

_____ "A Centralidade da Cultura" In: THOMPSON, K. Media and Cultural

Regulation. London: 1997, Traduzido por Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa.

_____. A identidade cultural na Pós-Modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Khoury, Yara Aun.(Orgs.). Outras histórias: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

MIGNOLO, Walter. Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Superando o Racismo na Escola. 2. ed. revisada. Brasília: MEC/ SECAD. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, 2005. p. 227-278.

SAID, Edward W. Orientalismo - O Oriente como invenção do Ocidente. Tradução: Rosaura Eichenberg, São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo. São Paulo: Cortez, 2006, p.137-165.

_____. A gramática do tempo. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Por uma pedagogia do conflito. In: SILVA, Luiz Heron et al. (Orgs.). Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais. Porto Alegre: Editora Sulina, 1996. p. 15-33.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. Apresentação. In: GOODSON, Ivo F. Currículo: teoria e história. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SODRÉ, Muniz. A verdade seduzida: Por um conceito de cultura. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2005.

_____. Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes. Petrópolis, RJ:

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. (2010). Pode o Subalterno Falar? Belo Horizonte: Editora UFMG.

THOMPSON, E. P. A formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.3 Vozes, 2012.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y pedagogia de-colonial: apuestas (des) de El insurgir, re-existir y re-vivir. Disponível em: www.saudecoletiva2012.com.br/.../didatico03.pdf. Acessado em 01/09/2013.

WILLIAMS, Raymond. Marxismo e literatura. (Trad Waltensir Dutra). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ZUMTHOR, Paul. Performance, recepção, leitura. (Trad. Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich). São Paulo: Educ, 2000.

Arquivos de áudio, texto e vídeo estão disponibilizados. Acesse o link: <http://1drv.ms/17lsbBL>



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Prefeitura de São Paulo

Fernando Haddad

Prefeito

Secretaria Municipal de Educação

Gabriel Chalita

Secretário

Emília Cipriano Sanches

Secretária Adjunta

Marcos Rogério de Souza

Chefe de Gabinete

Diretoria Regional de Educação Campo Limpo

Alexandre Ferreira Cordeiro

Diretor Regional de Educação

Maria de Fátima Lordelo Lopes

Supervisora Técnica

Cecília de Lourdes Carolino Menna

Diretora de Planejamento

Marilu Santos Cardoso

Diretora da DOT P

Zuleide Antônia Risso

Diretora de Programas Especiais